



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE RONDÔNIA

DO-e-ALE/RO

Nº 108

PORTO VELHO-RO, TERÇA-FEIRA, 23 DE JULHO DE 2013

ANO II

SUMÁRIO

TAQUIGRAFIA	Capa
SUP. DE COMPRAS E LICITAÇÕES	1735
SECRETARIA GERAL	1737

TAQUIGRAFIA

ATA DA 10ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA

Em 2 de julho de 2013.

“PARA DISCUTIR O ACESSO E PERMANÊNCIA DOS ALUNOS
EM IDADE REGULAR NO ENSINO MÉDIO NO ESTADO DE
RONDÔNIA.”

Presidência da Sra.
EPIFÂNIA BARBOSA – Deputada

Mestre de Cerimônia Sr. LENILSON GUEDES.

(Início às 9 horas e 35 minutos é aberta a Sessão).

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônia) – A Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, atendendo a requerimento da Excelentíssima senhora Deputada Estadual Epifânia Barbosa, Presidente da Comissão de Educação da Assembleia Legislativa de Rondônia, realiza Audiência Pública objetivando discutir o acesso e permanência dos alunos em idade regular do ensino médio no Estado de Rondônia.

Para a composição da Mesa a Excelentíssima Deputada Epifânia Barbosa, proponente desta Audiência Pública; Excelentíssima senhora Vereadora “Fatinha”, da Câmara Municipal de Porto Velho; Professora Letícia Machado, Coordenadora Executiva do Ensino Médio com intermediação tecnológica da Secretaria de Educação do estado da Bahia; Senhor João Ramão, representando o Conselho Estadual de

Educação e o SINTERO; senhora Maria Angélica Aires, Sub Gerente de Educação, representando a Secretaria de Estado da Educação – SEDUC; senhora Ana Lúcia Cortez, Especialista em educação, do Centro de Apoio Operacional da Educação do Ministério Público do Estado; Professor Isaias Lopes da Silva Teixeira, Secretário Municipal de Educação de São Miguel do Guaporé.

A SRA. EPIFÂNIA BARBOSA (Presidente) – Invocando a proteção de Deus em nome do povo rondoniense, declaro aberta esta Audiência Pública com o objetivo de discutir o acesso e permanência dos alunos em idade regular do ensino médio no Estado de Rondônia.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônia) – Convidamos a todos para cantarmos o Hino Céus de Rondônia. Letra de Joaquim de Araújo Lima e Música de José de Melo e Silva.

(Execução do Hino Céus de Rondônia)

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônia) – Senhora Presidente desta Audiência Pública e proponente, Deputada Epifânia, vou pedir permissão para Vossa Excelência pedir licença para a senhora e chamar para compor a Mesa. Convidamos o Excelentíssimo senhor Chico Território, Prefeito Municipal de Costa Marques.

A SRA. EPIFÂNIA BARBOSA (Presidente) – Bom dia a todos, seja bem-vindos, para esta Audiência Pública. Essa audiência que todos nós que atuamos na área da educação representa algo de muita importância, porque nós estamos aí nos deparando com dados que realmente nos deixam a cada dia mais preocupados com o destino da educação aqui no Estado de Rondônia. São dados que não se apresentam nos dias de hoje, vem todo um acumulativo, mas a gente não pode se acomodar. Nós precisamos tentar reverter essa situação, por isso o chamamento desta audiência pública, também, além de debater para nós apresentarmos aqui algumas proposições, como encaminhamento para esta audiência pública. Eu quero

MESA DIRETORA

Presidente: **HERMÍNIO COELHO**
1º Vice-Presidente: **MAURÃO DE CARVALHO**
2º Vice-Presidente: **EDSON MARTINS**

1º Secretário: **EURÍPEDES LEBRÃO**
2º Secretária: **GLAUCIONE RODRIGUES**
3º Secretário: **MARCELINO TENÓRIO**
4º Secretário: **VALDIVINO TUCURA**

SECRETARIA LEGISLATIVA

Secretário Legislativo - **Carlos Alberto Martins Manvailer**
Chefe da Divisão de Publicações e Anais - **Róbison Luz da Silva**

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE
RONDÔNIA, INSTITUÍDO PELA RESOLUÇÃO Nº 211/2012, COMO ÓRGÃO
OFICIAL DE PUBLICAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO ESTADUAL.

Rua Major Amarante, 390 - Arigolândia
CEP 76.801-911 Porto Velho-RO

inicialmente cumprimentar as autoridades aqui da Mesa, e agradecer a todos pela gentil presença. Eu sei que todos que estão aqui na Mesa têm muitos compromissos, e a gente está finalizando uma maratona de conferências municipais, com o objetivo de nós termos o maior número possível de pessoas, de representantes dos municípios na conferência Estadual e ter uma delegação muito qualificada também para a nossa Conferência Nacional. Eu quero cumprimentar e agradecer a professora Letícia Machado que ela é Coordenadora Executiva do Ensino Médio, Intermediação Tecnológica da Secretaria de Educação, do estado da Bahia, ela está aqui para nos prestigiar, para trazer uma experiência importante no estado da Bahia, que levou para inúmeros alunos esse acesso e a permanência no ensino médio. Cumprimentar a senhora Maria Angélica Aires, que é Subgerente de Educação, representante da Secretaria do Estado da Educação – SEDUC; o senhor João Ramão, representando o Conselho Estadual de Educação e também o SINTERO, neste ato - SINTERO que às 17 horas teremos mais uma rodada de negociação com a SEDUC e, se Deus quiser, finalizarmos essa greve. Cumprimentar a senhora Ana Lúcia Cortez, que é Especialista em Educação, do Centro de Apoio Operacional da Educação no Ministério Público de Rondônia. A Excelentíssima Senhora Vereadora Fátima Ferreira, a Fatinha, que aqui neste ato representa a Câmara de Vereadores de Porto Velho e preside a Comissão de Educação. Cumprimentar o Professor Isaías Lopes da Silva que é Secretário Municipal de São Miguel do Guaporé; cumprimentar o Excelentíssimo Senhor Prefeito Chico Território, que é Prefeito de Costa Marques; cumprimentar todos e todas que participam aqui deste ato tão importante a todos nós.

Eu passo aqui agora para o Mestre de Cerimônia, para que ele possa cumprimentar as demais autoridades.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônia) –

Queremos cumprimentar o senhor Gilmar José Bonato, Secretário Municipal de Educação de Costa Marques; Excelentíssimo Senhor Francisco Gonçalves Neto; Senhor Vereador Jailton Ferreira da Silva, da Câmara Municipal de Alto Alegre dos Parecis; Senhor Aparecido Gomes, Assessor do Deputado Federal Anselmo de Jesus Abreu; Excelentíssimo Senhor Vereador Everaldo Falcão, da Câmara Municipal de Cacaulândia; Excelentíssimos Senhores Vereadores Antonio Ruela, Antonio Dias de Carvalho, da Câmara Municipal de Vale do Anari; Excelentíssima Senhora Vereadora Andely Bissoli, da Câmara Municipal de Cacaulândia; Excelentíssimo Senhor Vereador Antônio Pereira, da Câmara Municipal de Cacaulândia; Excelentíssimo Senhor Vereador Valceni Dore Gonçalves, da Câmara Municipal de Cujubim; Excelentíssimo Senhor Vereador Derjesus Aparecido Ramos, da Câmara Municipal de Itapuã do Oeste; professores da rede pública municipal de São Francisco do Guaporé; professores da rede pública municipal de São Miguel do Guaporé; servidores da Secretaria Estadual de Educação; Senhor Márcio André Milani, Gerente Regional da EMATER, Território da Cidadania Madeira Mamoré; Senhor Revelino Freitas, Secretário Executivo da Associação das Escolas Família Agrícola – AEFARO; Senhor Edson Silva Souza, Presidente da Associação dos Produtores Rurais do Projeto de Assentamento “Joana D’arc 3”; Dra. Eliane Carneiro de

Alcântara, representando a Comissão da OAB Mulher – Rondônia; Senhora Vanusa de Oliveira, Secretária Municipal de Educação de Vale do Paraíso; Marlua Gabriel, Secretária Municipal de Educação de São Francisco do Guaporé; Professora Vera Lúcia Dalla Costa, Secretaria Municipal de Educação de Alto Alegre; Senhora Chirlane Nobre e Senhora Ivani Aparecida, representantes da Coordenadoria de Ensino de Porto Velho; Senhor Edimar Amorim, Prefeito Municipal de Cacaulândia; Senhor José Rabelo da Silva, Administrador Distrital, representando o Prefeito de Sul da Lábrea, Amazonas; Senhor Professor Sandro Mariano, Diretor da Escola Darci Ribeiro, município de Vale do Anari; Professora Lucélia Santana, Diretora da Escola General Osório, distrito de Calama; Professora Márcia de Amorim e Souza, Vice-Diretora da Escola Risoleta Neves, em Porto Velho; Professora Iralice Batista, Vice-Diretora da Escola Estudo e Trabalho; Senhor Valceni Dore Gonçalves, Presidente da Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Município de Cujubim; Professora Josenilda Neri Fonte, Escola Dagmar Moraes, Porto Velho; senhoras e senhores representantes do município de Buritis; Professores; Senhor Leomar Patrício, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Machadinho do Oeste; Excelentíssimo Senhora Vereadora Fátima; senhores representando o distrito de São Carlos; senhoras e senhores representantes do município de Candeias do Jamari e dos demais municípios que nos prestigiam nesta Audiência Pública. Senhora Silvana Costa, Vice-Presidente da Associação Dois de Julho, município de Cujubim e Rio Crespo; Professora Mary Katya, Vice-Diretora da Escola Daniel Nery, Porto Velho e senhor Antonio Lúcio dos Santos, Presidente do Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino Particular do Estado de Rondônia – SINEPE.

Senhoras e senhores, a dinâmica de Sua Excelência Senhora Deputada Epifânia, as senhoras e senhores já conhecem. Ela vai fazer uso da palavra, fazer a apresentação e logo após, três pessoas irão fazer uso da palavra e retornamos aos componentes da Mesa para também fazerem uso da palavra. E depois, a dinâmica, a Deputada estará presente novamente em convidar vocês para fazerem uso da palavra.

A SRA. EPIFÂNIA BARBOSA (Presidente) – Obrigada, Lenilson. Eu quero aqui, primeiro, dizer que esta audiência pública, a propositura dela é de fato para nós discutirmos as questões que vêm interferindo em relação a assegurar o que dispõe a nossa Constituição, artigo 205, que é o direito de todos à educação. E aqui, especialmente, no que diz respeito ao ensino médio. Nós estamos numa esfera estadual, a nossa principal área de atuação na educação, a prioridade é essa questão do ensino médio e aí nós temos várias situações que têm interferido nesse atendimento ao ensino médio. Então nossa primeira intenção seria discutir especificamente aqui, essa questão e apresentarmos uma alternativa para subsidiar melhor o atendimento ao ensino médio. Contudo, na semana passada nós estávamos na Conferência Municipal de Educação e o Conselheiro Antônio Lúcio, do Conselho Estadual de Educação, está aqui conosco, ele me questionou sobre um documento da Câmara Federal dos Deputados, de uma Comissão Especial que estava discutindo a reformulação do ensino médio no nosso Estado brasileiro e perguntou se esta audiência pública seria

relativa àquele documento que estava sendo debatido. Eu particularmente não tive acesso, a esse documento, não foi enviado aqui para a Assembleia Legislativa, eu pedi que ele me encaminhasse, ele encaminhou imediatamente, eu estudei todo ele esse final de semana e aí achei importante nós incorporarmos a esse nosso debate de hoje. Eu fiz uma síntese do que compõe esse material que já vai nos subsidiar bastante para esse debate e todos os Estados devem ou deveriam promover esse debate como contribuição para essa reformulação do ensino médio. Lá nessa Câmara Especial, que é presidida pelo Deputado Reginaldo Lopes, de Minas Gerais e todos os Deputados Federais que representam um Estado, foi eleito um para que entrasse em contato com as Assembleias Legislativas, através da presidência da Educação e nós promovêssemos esse debate e encaminhássemos essa contribuição para a Comissão Especial. Isso deveria acontecer no mês de maio e junho. Infelizmente nós não tivemos essa informação da nossa representação, da nossa bancada federal e aí eu queria, desde já, agradecer essa atenção do Conselho Estadual que nos comunicou da situação, imediatamente nós estamos incorporando e também, fruto dessa audiência que tinha o objetivo, nós também já vamos incorporar o documento e encaminhar para essa Comissão Especial para que o Estado de Rondônia não fique fora de um debate tão importante como é esse da promoção dos estudos e a proposição para a reformulação do ensino médio. Eu vou começar aqui, então, fazendo essa apresentação do que compõe esse documento, é um documento extenso, nós fizemos uma síntese e ainda assim essa síntese ficou um pouco extensa, mas como vocês todos aqui me conhecem, sabem que eu falo um pouco demais, eu vou praticamente só fazer a leitura, evitar alguns comentários agora para que ao final no debate a gente possa fazer isso. Como o Lenilson falou, a gente vai tentar fazer aqui uma dinâmica um pouco diferente porque nós queremos ouvir as pessoas que aqui estão, que são as mais afetadas pelas dificuldades de acesso e permanência no ensino médio, então eu farei essa apresentação, vou passar para três representantes das comunidades, em seguida nós passaremos aqui para nossa convidada da Secretaria de Estado de Educação da Bahia para apresentar a experiência, e aí a gente retoma novamente para algumas pessoas que queiram se manifestar e para a Mesa de autoridades. Então, vamos lá.

O objetivo dessa Comissão Especial lá da Câmara Federal é destinado a promover estudo e proposições para reformulação do ensino médio. Objetivo do debate é discutir alternativas de organização para o ensino médio e as diferentes possibilidades formativas que contemplem as múltiplas necessidades socioculturais e econômicas dos adolescentes, do jovem e do adulto na perspectiva da universalização do ensino com qualidade.

Aqui traz uma reflexão também de um relatório da situação mundial da infância em 2011, da UNICEF, sobre adolescência que deveria ser uma fase de oportunidades, ela diz que no mundo um em cada cinco adolescentes está fora da escola, e aqui no Brasil um a cada sete adolescentes está fora da escola. Os desafios no Brasil que compõem esse relatório, também diz respeito à inserção dos jovens na vida social e produtiva; vencer o ciclo de violências que os jovens estão

sujeitos; a inserção no mercado de trabalho; a superação de degradação ambiental, e do processo de universalização; os pressupostos do sistema nacional de educação, o pacto federativo, algo bastante debatido nessas conferências; a rica diversidade histórica e cultural existente no país; as diretrizes curriculares nacionais da educação, garantindo a identidade nacional e a qualidade social com cidadania da educação pública, a formação e valorização dos professores, os procedimentos de avaliação e gestão escolar; e o financiamento da educação básica em seus diferentes aspectos. O relatório traz ainda os entraves que ainda temos no ensino médio, esse aqui é um diagnóstico preparado pelo CONSED – Conselho Nacional dos Secretários de Estado da Educação, que fizeram uma pesquisa em cada Estado e aqui vem à síntese do que aponta esse relatório, esse diagnóstico. Então, os entraves ainda é universalizar o acesso na faixa etária específica de 15 a 17 anos; o acesso e permanência dos alunos que tenham idade igual ou superior a 18 anos, atendendo as suas especificidades; falta de estratégias diferentes nas regiões brasileiras, que é o que a gente vai discutir aqui; a estrutura organizacional, pedagógica e física das escolas que são inadequadas; buscar novo sentido e significado no processo ensino/aprendizagem por meio do trabalho interdisciplinar e compreensão do fenômeno estudado; a baixa remuneração dos professores e o excesso de carga horária em mais de uma escola; ausência de espaços para novas construções. Um parêntese aqui, é um relatório que chama a atenção nesse espaço para novas construções, principalmente na área urbana, nas cidades nós temos uma dificuldade que não foram destinados espaços comunitários de construções, houve uma expansão nas cidades e alguns bairros hoje em dia aumentou a comunidade, a população, mas nós não temos mais espaço para construir as escolas, principalmente, que os prefeitos conhecem, com a documentação para que a gente possa viabilizar recursos para essas novas obras. Então isso aqui também é uma informação interessante neste diagnóstico.

O ensino noturno ofertado em áreas de vulnerabilidade social, áreas de violência, o cansaço do aluno trabalhador, a frequência indevida de alunos que ocupam a vaga do aluno trabalhador, o currículo fragmentado, menor carga horária, oferta inadequada de alimentação escolar, e a falta de pessoal, pessoal de apoio, e geralmente não há essa preocupação institucional de a noite também ter as pessoas que fazem a limpeza, a alimentação, geralmente é reduzido esse pessoal. A falta de transporte escolar dificultando o acesso dos alunos.

Ainda nos entraves, a descontinuidade curricular do ensino fundamental para o ensino médio; problemas na convergência dos alunos da rede municipal para a rede estadual devido a desarticulação entre os entes federados, também um tema bastante debatido nas conferências; altas taxas de reprovação e abandono em razão do desestímulo dos alunos; inserção social dos jovens através da garantia de oferta pela escola e formação integral, humana e cidadã. E aqui tem também no relatório, o ensino médio que queremos: Um protagonismo juvenil e formação de lideranças, através da integração dos processos de desenvolvimento local, regional e nacional; superação da abordagem fragmentada das disciplinas; construção da interdisciplinaridade e da

transversalidade de temas estratégicos e integração dos currículos das séries finais do ensino fundamental; implantação efetiva do ensino médio em tempo integral; oferta do ensino médio profissionalizante; fortalecer a rede de formação das instituições públicas, articuladas as ações de formação e pesquisa; avaliação das metas de desenvolvimento relacionada ao ensino médio.

E aqui no relatório também compõem algumas propostas desse ensino médio que queremos, aqui está bastante sintetizado mesmo, mas quem quiser ter acesso a esse documento depois a gente disponibiliza. Criação de um programa com financiamento específico a ser executado pelos Estados e União através do Plano de Ação Articulada – APAR do Governo Federal, para contemplar ações relacionadas a: infraestrutura das escolas; capacitação e incentivos para professores e equipes gestoras; mobilidade de professores e alunos; apoio ao estudante através de transporte, alimentação, material e bolsas de manutenção; apoio ao desenvolvimento de novas metodologias e materiais pedagógicos; integração da educação profissional; avaliação; implementações referentes a educação no campo, a educação indígena, quilombola e educação especial; reestruturar os cursos de licenciatura que venham obtendo resultado negativos na avaliação do MEC; criação e ampliação de centro de formação de professores nos Estados; revisão do programa nacional do livro didático.

Então essas informações que nós apresentamos foram obtidas por esse relatório que foi feito por essa comissão junto ao CONSED e também já tem várias sugestões de um debate que foi interativo entre a Câmara e vários Conselhos de Estado da Educação onde houve essa interação, e aqui já tem também alguma indicação da comunidade no que diz respeito aos entraves e ao ensino médio que se quer. E eu queria aqui trazer para vocês agora, já partindo aqui para o tema mais objetivo da nossa conferência, que é relatar aqui sobre o estado de Rondônia sobre essa questão do ensino médio e a gente traz alguns dados obtidos pelo IBGE de 2010 e pelas matrículas do INEP do ano de 2011. Então aqui em relação ao IBGE a população do Estado é de 1.560.501 pessoas, residindo na área rural nós temos 73,22% que representam 1.142.648 pessoas, o estado de Rondônia é o 6º Estado brasileiro com maior população rural e nós não temos intenção de mudar esse quadro, temos 24 municípios que possuem maior população no campo. Residindo na área urbana nós temos 417.853 pessoas, o que representa 26,78%, e temos 28 municípios que possuem maior população na área urbana.

Tem 25 municípios com índice de jovens fora da escola que supera os 30%. Então a gente, vocês me desculpe é porque está com essa coluna aqui e eu não consigo visualizar o cantinho. A Angélica estava me chamando atenção sobre a inversão, acho que na hora de digitar a gente inverteu ali os dados percentuais da população. Aqui, nós vamos trazer também a nossa referência hoje de gestão que é o Plano Nacional de Educação e a meta número três do Plano Nacional de Educação que tramita no Congresso, ela diz que nós deveremos universalizar até o ano de 2016 o atendimento a toda população de 4 a 17 anos que aqui nós já temos também a PEC 59 que regulamenta toda essa parte dessa universalização. No Brasil,

nós temos 3,6 milhões de brasileiros fora, que estão fora da escola em idade escolar, desse quantitativo, nós temos um milhão aproximadamente um milhão de quatro e cinco anos, e dois milhões na faixa etária de 15 a 17 anos. E aqui como a gente vem durante muitos anos debatendo o acesso a educação infantil, muitas vezes, a gente não se atenta que no ensino médio nós também temos problemas muitos graves, como a educação infantil não se tinha praticamente nenhum acesso a gente ficou muito tempo debatendo nisso e no nosso imaginário o ensino médio com todas as dificuldades, mas nós estávamos conseguindo atender, o que não é verdade, não só por nossas caminhadas como também pelos dados como a gente terminou levantando. A população do ensino médio em idade escolar no Brasil, ela é de 10.357.874 pessoas, no Norte 1.016.228 pessoas e aqui no estado de Rondônia 95.894 pessoas, isso aqui é só na idade escolar de 15 a 17 anos, nós não estamos nem tratando de alunos fora da faixa etária. E aqui em Rondônia, esses dados depois obviamente à gente pode fazer um debate, questionar os dados não tem problema, nós estamos aqui para discutir mesmo. Estão matriculados na nossa rede municipal daqueles noventa e cinco mil, nós temos aí 65.411 matriculados na nossa rede pública Estadual, principalmente 68,2% e que estão fora da escola daqueles noventa e cinco mil na idade regular, nós temos aqui trinta mil quatrocentos e oitenta e três o que representa 31,8%. E nós temos ainda os jovens que concluíram o ensino médio, nós temos 46,50% com 19 anos que chegaram a concluir o ensino médio.

Eram essas as informações, os dados que a gente queria trazer para iniciar esse debate e aí preocupados com essa informação com esses dados nós procuramos a Secretaria de Estado da Educação, conversamos com eles sobre quais eram as propostas, as ações que o Estado estava pensando para reverter esse número e aqui através da Angélica, que é a pessoa que nós estamos tendo mais contato com essa temática nos apresentou já uma proposta que eles já estão trabalhando, depois ela vai apresentar aqui para nós, que é sobre o ensino tecnológico nas escolas que é a efetivação de um centro de mídias, o que coincidiu com o nosso pensamento que nós íamos levar a proposta e já é a proposta que a SEDUC está fazendo e aí nós tomamos a iniciativa de já com esse trabalho da SEDUC e o trabalho que nós já tínhamos fazendo, víamos fazendo aqui pela Comissão de Educação dos vários debates, nós estamos apresentando um programa que venha possibilitar esse projeto na nossa rede estadual de ensino, desde inserção da questão da tecnologia como também da própria infraestrutura que a SEDUC deverá ter para conduzir todo esse processo. Vocês vão receber, eu não sei se já está com eles, Lenilson, já está com eles esse projeto que é um Projeto autorizativo que quem implementa é o Governo do Estado e nós vamos aqui a partir desse projeto. Antes de apresentar aqui pela professora Letícia, eu tive o prazer de ir até Manaus conhecer esse Projeto Piloto que foi apresentado em Manaus, que hoje já tem mais de dez mil alunos que foram formados que é o Centro de Mídias Tecnológico – EMITEC e também saindo de lá, eu fui até Salvador, fui muito bem recebida aqui pela Letícia, que me apresentou também toda a estrutura do Governo do Estado da Bahia, na oferta a praticamente a todos os municípios da Bahia, em parcerias com os municípios, mas

atendendo a grande população daquela região, obviamente pelas questões regionais o que mais se aproxima da gente e aqui o estado da Amazonas que é quem formulou esse Projeto Piloto, mas o estado da Bahia, também por toda sua adversidade do Nordeste também se assemelha muito as nossas condições. Para mim foi um momento muito importante porque geralmente quando a gente está aqui do outro lado a gente pensa que essa questão da tecnologia levar isso para área ribeirinha, levar isso até as comunidades rurais vai ser um choque muito grande, nem os professores vão se adaptar, nem os alunos e muito pelo contrário. Quando eu cheguei lá, além de ter todo o subsídio da equipe tanto do Estado do Amazonas, quanto o estado da Bahia, eu pude assistir algumas aulas e para a gente foi um momento muito rico, e é por isso que a gente trás essa experiência aqui para o Estado de Rondônia para que vocês que estão lá na ponta, aqui nós temos pessoas Letícia, que são representantes das comunidades ribeirinhas, de assentamentos de todo o Estado, os Prefeitos aqui que convivem com as problemáticas, temos vários vereadores, enfim, nós estamos aqui com uma representatividade muito bem qualificada das pessoas que realmente estão na ponta, e além dos que estão na ponta, nós temos aqui na Mesa pessoas de ponta também responsáveis pela gestão do Estado, seja através do sistema como é o caso do conselho, seja aqui com o controle, com o Ministério Público e também com quem faz a gestão que é a Secretaria de Estado. Eu queria aqui antes de passar para a Letícia, que vai fazer uma apresentação sobre o EMITEC, sobre todo esse procedimento metodológico de novas tecnologias para essas comunidades, eu queria pedir para que três pessoas que a gente já até listou e conversou antes, que eles pudessem aqui relatar um pouco além de tudo que a gente já apresentou, mas relatasse a situação que tem na sua comunidade, a sua preocupação seja como professor seja como pai de aluno em relação a essa condição de ter acesso ao ensino médio. Eu vou iniciar aqui, convidando o Edson Silva Sousa, ele é Presidente da Associação dos Produtores Rurais do Projeto de Assentamento Joana D'Arc aqui em Porto Velho, uma comunidade que a gente conhece desde que ela foi instituída aqui eu, Fatinha, andando aí como funcionária mesmo do município, e desde lá que a gente sofre junto com eles, já vão mais de dez anos. Antigamente não tinha de maneira nenhuma e agora tem, mas a gente ainda tem alguns problemas, e aí o Edson, vai compartilhar um pouco aí conosco dessa experiência.

O SR. EDSON SILVA SOUZA – Primeiro bom dia! A todos, bom dia aqui a Mesa. Eu gostaria de agradecer a Deputada Epifânia por ela está preocupada com a situação da educação no estado de Rondônia, que hoje se encontra em decadência digamos assim, está decadente o negócio hoje está feio, não só a educação, mas outras coisas maiores; como desrespeito ao professor porque hoje em dia lá na minha comunidade mesmo se encontra assim: o professor sai daqui de Porto Velho para poder ir dá aula lá no Joana D'Arc, na escola chamada José de Freitas e lá não tem nem alojamento para o professor. Então eu acho uma falta de respeito com o professor por quê? Porque o professor, ele está aqui na cidade, ele abandona o seu lar, os seus filhos digamos assim, os que têm, eu acredito que a maioria dos professores tem seus esposos, suas esposas

saem daqui para poder lecionar lá no Joana D'Arc e às vezes dormir numa sala de aula porque não tem alojamento para o professor. Falando do aluno, o aluno hoje do interior ele é tratado de forma assim, digamos, até meio desumano. Tem um programa aí que todos o conhecem bem, que se chama Mais Educação, leva a criança para a sala de aula, a criança passa o dia todinho com três bolachas e um copinho de suco. Também acho um ato desumano para quem mora no interior, eu não sei se na cidade funciona assim, mas lá no interior é desta forma. Então eu também me sinto indignado com essa situação e acredito que isso pode melhorar, basta querer. Recurso do Governo Federal, eu acredito que tem muito, basta ser distribuído de forma certa, que resolve a situação. Quero agradecer, Deputada Epifânia, por esta oportunidade de estar aqui, eu até que não tenho muito para poder falar a respeito desta situação, porque acho que todo mundo está vendo a situação que está acontecendo no Estado hoje, que não é só no Joana D'Arc, é de forma geral no Estado o que está acontecendo e quero aqui agradecer e ver que o povo rondoniense hoje, ele realmente tomou uma atitude, ele está indo para as ruas e está falando: “não, nós não queremos desta forma não, nós queremos da forma certa, da forma correta”. Então eu me sinto feliz nesta parte e vou deixar aqui o meu repúdio para as autoridades que não têm competência, que estão fazendo com os professores e com os alunos, que estão fazendo e deixando ao “léu”. Então eu me sinto indignado com essa situação e espero que esta situação seja resolvida. Quero dizer também para a Deputada Epifânia em nome de todos aqui nós não esquecemos do compromisso que o Deputado Hermínio fez para a comunidade há uns 60 dias. O Deputado Hermínio, a gente o considera muito, é uma pessoa que sempre está junto com a gente, igual a senhora também sempre é uma pessoa que está junto com a gente, mas prometeu algo para a gente que era uma reunião com a Santo Antônio Energia e até hoje isso não aconteceu. Então a gente espera que a Deputada entre em contato com o Deputado Hermínio, para falar a verdade, gente, eu tenho dois anos, vai fazer dois anos que eu sou Presidente de uma Associação e eu não tive a oportunidade de sentar nem sequer um segundo com o Deputado Hermínio até hoje. Então eu me sinto indignado com esta situação. No mais, meu muito obrigado para todos.

A SRA. EPIFÂNIA BARBOSA (Presidente) - Obrigada Edson. Só para deixar claro aqui, o Edson, é Presidente de uma Associação que fica bem já no final, reúne todas as comunidades Joana D'Arc, é bastante distante aqui da nossa comunidade, aqui da área urbana, e lá é uma área que está sendo atingida pelas obras das usinas, mas a Santo Antônio, ela não está considerando como atingidos diretamente, mas eles são atingidos indiretamente porque eles estão com dificuldade para a manutenção de toda a questão da sua produção tanto animal quanto a produção agrícola, as pessoas atingidas foram retiradas, mas era o centro da comunidade onde tinha o comércio, onde tem as escolas e com a saída de alguns que foram identificados como atingidos, eles ficaram isolados, porque para a Santo Antônio, eles não são atingidos, o que na verdade, eles estão sendo atingidos ambientalmente e socialmente. Então é essa luta que eles estão travando e aí

tiveram uma audiência pública, por isso que ele traz esse relato aqui também só para que vocês todos, quem não acompanham, que são de outros municípios possa compreender aqui também um pouco o desabafo dele.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônia) – Senhora Deputada, vamos cumprimentar aqui também o senhor Adailton Noletto, Secretário da Associação dos Agricultores do Assentamento Aliança - AGRILANÇA; Excelentíssima senhora vereadora Ana Paula Sales, da Câmara Municipal de Cacaúlândia; Excelentíssimo senhor vereador Marco Antônio de Lima, também da Câmara Municipal de Cacaúlândia; Excelentíssimo senhor vereador José Antônio dos Santos, da Câmara Municipal de Monte Negro; Excelentíssimo senhor Márcio José de Oliveira, Presidente da Câmara Municipal de Monte Negro; Excelentíssima senhora vereadora Márcia Fagundes, da Câmara Municipal de Monte Negro; Excelentíssima senhora vereadora Tereza de Jesus Diogo, Vice-Presidente da Câmara Municipal de Monte Negro; senhor Francisco Lopes, Diretor da Escola Estadual Professor João Bento da Costa.

A SRA. EPIFÂNIA BARBOSA (Presidente) – Eu quero convidar agora o senhor Revelino Freitas, ele é Secretário Executivo da Associação das Escolas Famílias Agrícola – EFARO, aqui também para contribuir com o debate.

O SR. REVELINO FREITAS – Em primeiro lugar bom dia a todos, sou Revelino Freitas, Secretário Executivo da Associação da Escola Família Agrícola de Rondônia. Não estava prevista a minha fala, mas agradeço a Deputada por dar essa oportunidade. Em nome da Deputada Epifânia, agradecer a todos que se fazem presentes e em nome da Terezinha que é do Vale do Anari agradecer a todas as mães e pais de alunos que se fazem presentes. Quero dizer aqui Deputada que esta questão educacional, é uma questão que nos preocupa muito, preocupa a nós como pais, preocupa a nós como educadores e acredito sim que tem que preocupar também as nossas autoridades, agora para nós, da Escola Família Agrícola é um pouco assim contraditório e até um pouco assim de controvérsia para nós, é nós incrementarmos mais programas no Estado sendo que estes programas não atingirem os seus objetivos. Então para nós, se evidentemente principalmente para a classe de professores, em que nos interessa muito é a valorização dos profissionais. Então hoje para nós é complicado nós falarmos em incrementar mais programas se primeiro nós não atingirmos as nossas metas, que é a valorização dos nossos profissionais. Um segundo ponto, é nós adequarmos os currículos das escolas de acordo com a nossa modalidade de ensino. Então não adianta nada para nós termos um currículo elaborado na zona urbana, termos um currículo escolar elaborado na cidade, depois querer implantar esse currículo na zona rural. Então para nós, temos que criar currículos específicos para cada modalidade de ensino e para cada localidade, ou seja, um currículo que ele é feito para a zona urbana, para nós é complicado implantarmos na zona rural. Então nós temos que ter, termos em mente essas, principalmente essas três questões: primeiro, a valorização do profissional; segundo, adequação do currículo à modalidade

de ensino; e terceiro, dar condições aos nossos profissionais, condições aos nossos educandos para que nós possamos também ter uma estrutura digna de educador e de educandos. Deixo aqui claro mais uma vez que para nós da Escola Família, nós temos hoje funcionando seis escolas no Estado e estamos trabalhando para iniciar mais outras escolas, mas hoje não adianta nada nós falarmos em construção de escolas, em construção de novos programas, para nós o que temos que falar hoje é em qualidade, não adianta nada hoje nós termos 100% dos nossos alunos nas escolas, frequentando as escolas, mas nós não termos profissionais habilitados, profissionais bem pagos, enfim, e ter uma estrutura digna para os nossos alunos. E hoje também para nós é muito, digamos assim, complicado tratar talvez os nossos agricultores de coitadinhos, nós da zona rural, nós queremos ter direitos sim a educação, queremos que os nossos filhos na escola, mas queremos sim uma escola digna, é o nosso sonho, o sonho de todos. Deixo aqui o meu obrigado.

A SRA. EPIFÂNIA BARBOSA (Presidente) – Obrigada Revelino. Convidar agora a Nicássia Alves, ela é mãe de aluno, produtora rural também, Diretora do Projeto de Assentamento lá no município do Vale do Anari.

SRA. NICÁSSIA ALVES – Primeiramente eu queria agradecer a Deus, dar um bom dia a todos que aqui se fazem presentes, bom dia também a todos que se encontram aqui na Mesa. Agradecer aos meus colegas que também estão presentes, pela força, e a Deputada Epifânia, muito obrigada por ter lembrado de nós, porque lá, onde eu moro é difícil, é como diz aquele ditado: “o que os olhos não veem o coração não sente”. E a nossa realidade lá é difícil, muito difícil, não só em nível de Ensino Médio, mas também de Ensino Primário e Fundamental. Eu moro do município do Vale do Anari a 65 quilômetros, lá o Assentamento Palma Arruda, ele faz divisa com a Rebio Jaru e com o Mato Grosso e com outro município também e há três anos foi implantada uma escola lá, só que só a estrutura não funciona, lá não tem Ensino Médio e o Ensino Primário que tem ainda é defasado. Então eu fico me perguntando, como nós queremos uma educação de qualidade para nossos filhos? Eu moro lá há 11 anos eu também queria terminar o meu estudo, mas ninguém nunca me deu a oportunidade. Então eu queria agradecer a Deputada pela oportunidade de estar aqui neste ato tão importante não só para o Estado, mas eu acho que em nível de Brasil, ter, nós agricultores aqui falando a nossa língua e o que sentimos. Os nossos filhos não têm uma oportunidade de fazer uma faculdade, por quê? Por que não tem um aprendizado de qualidade, ele vai lá à escola, estuda dois dias e passa a semana em casa porque não tem estrada. Antecipar o calendário escolar ninguém antecipa, mas atrasar, eles atrasam. E aí quer completar o ano letivo dentro de um espaço curto de tempo e quem fica no prejuízo? “ah, mas as faltas são justificadas!”. São justificadas. E o aprendizado vai para onde? Então me pergunto. Será que nós agricultores temos educação de qualidade? Será que essa educação está sendo para todos ou só para alguns? Os nossos filhos não tem acesso a Internet. Tem criança que anda três quilômetros a pé para pegar um ônibus, e anda mais 45 só para ir para a Escola. Será que esse

aprendizado dessa criança é de qualidade, gente? Então, não tem o Ensino Médio lá, as crianças que estudam que ainda decidiram tentar terminar os estudos, estudam em outra Escola de outro município e às vezes o transporte não tem condições de levar eles lá. Então a gente fica mendigando um pouco aqui, um pouco ali, enquanto o nosso Estado tem condições de montar uma escola de qualidade para nós agricultores na Zona Rural, porque eles falam, muitos falam para mim assim: Nicácia, só que as crianças aqui da rua vão para a escola com quatro anos, por quê? Porque o ônibus passa na porta da casa, os pais levam, é próxima, mas seu filho anda sessenta e cinco quilômetros ou quarenta quilômetros para ir para a Escola e não tem um monitor dentro do ônibus para cuidar dessas crianças, então eles já vão para a escola com dois anos de atraso. E quando a Deputada esteve lá no assentamento, pela segunda vez, que ela foi lá e viu a nossa realidade, aí eu falei para alguns amigos meus lá: agora eu tenho certeza que a gente vai ter uma escola de Ensino Médio aqui de qualidade. E eu conversei com ela, lá juntamente, com algumas famílias que eu convidei para participar da reunião lá na minha casa e ela comprometeu de nos ajudar. E hoje eu estou aqui agradecendo não só a ela, mas pedindo a todos vocês que trabalham aqui nesta Assembleia que é a primeira vez que eu venho aqui, que olhe pelos agricultores, gente. Não pense numa educação só voltada para a cidade, não. Os nossos filhos muitas das vezes sai da zona rural para vir para a cidade para terminar um estudo, mas às vezes ele não tem um conhecimento adequado para se encaixar numa vaga no serviço. E o que é que acaba ocorrendo? Acaba virando um marginal. E isso é frequente na zona rural, não é só onde eu vivo. Então, tem muitas pessoas que vão lá fazer palestras, o pessoal da REBIO já foi, a gente tem projetos na nossa Associação, nas igrejas e essa oportunidade eu acho que ela, sabe, todos que estão aqui presentes analisem e vejam que a Deputada está realmente querendo para nós, porque eu acho que é a oportunidade de nós fazermos uma educação de verdade no estado de Rondônia, porque não tem. E, no mais eu queria agradecer a vocês. Agradecer especialmente a Deputada pela oportunidade que nos está dando mais uma vez os meus amigos e a Deus, por estar aqui presente. Muito obrigado a todos vocês.

SRA EPIFÂNIA BARBOSA (Presidente) – Obrigada Nicácia. Esse relato da Nicácia, eu tenho certeza, que deve ser o relato de muitos que estão aqui, porque é uma realidade de todos nós. E lá na Comunidade da Nicácia, no Assentamento, ela falou aqui que as crianças tem que andar três quilômetros e destacar que saem quatro, três horas da manhã, o pai e a mãe têm que acompanhar esses três quilômetros, para aguardar o ônibus e ficar mais quarenta e cinco minutos dentro do ônibus, se o ônibus funcionar direitinho, é claro, chegar até a escola e o retorno é a mesma coisa. Então é assim, às vezes eles ficam muito mais tempo no deslocamento do que o tempo dentro da escola. Isso, realmente, a gente não está assegurando o acesso, a qualidade de permanência, então, a gente não está cada vez mais repetindo aplicação de recursos em um mesmo aluno e a gente tem que trabalhar isso com mais eficiência. Então, isso que ela traz como ela já falou, a gente já esteve lá e teve em outras localidades, embora a gente saiba que o estado está

trabalhando, Angélica, mas a gente está até em recesso Parlamentar, até agradecer aqui a Casa, o pessoal que está aqui com a gente. Mas nós temos muita pressa, a gente tem pressa e a gente não quer deixar isso para o outro Governo. A gente precisa que as coisas caminhem mais rápido, para que esse atendimento chegue. Não dá para esperar para agosto, para setembro, para o ano que vem. Ano que vem, então, é muito arriscado, ano que vem é ano político e aí as coisas são muito, entrava ainda mais e nós estamos assim com muita pressa. Eu vou agora sem muitas delongas, como diria o caboclo. Passar aqui para a nossa convidada especial Letícia, que vai nos trazer esse relato sobre como essa experiência do EMITEC que tem mudado essa realidade que nós apresentamos que é a mesma na Bahia, como tem mudado essa realidade lá.

SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônia) – Agradecer a presença do senhor Vereador João de Paula da Câmara de Vereadores de São Miguel do Guaporé. Obrigada Deputada.

SRA. LETÍCIA MACHADO – Bom dia a todos. Quero agradecer pelo convite de estar aqui, no estado de Rondônia, é a primeira vez que eu venho aqui, gostei muito da hospitalidade, o Estado é muito bonito. Quero também, agradecer a Mesa presente. A Excelentíssima Deputada Epifânia Barbosa, que é a proponente desta Audiência Pública; a senhora Maria Angélica Aires, Subgerente de Educação, representando a Secretária de Estado de Educação – SEDUC; senhor João Ramão, representando o Conselho Estadual de Educação e o SINTERO; senhora Ana Lúcia Cortez, Especialista em Educação do Centro de Apoio Operacional da Educação do Ministério Público do Estado; Excelentíssima senhora Vereadora Fátinha, representando a Câmara Municipal de Porto Velho; ao Professor Isaías Lopes da Silva Teixeira que é o secretário Municipal de Educação de São Miguel do Guaporé e o senhor Chico Território, Prefeito Municipal de Costa Marques. Quero também agradecer a presença de toda a sociedade Civil que está aqui presente, neste momento, para apresentar um pouco do nosso trabalho lá no Estado da Bahia.

Eu sou Letícia Machado e coordeno este Projeto, implementei e fiz toda a modificação de concepção. O Programa já existe desde 2008, era chamado OICAMPO e tinha uma estrutura bem diferente do que eu irei apresentar hoje para vocês. Inclusive, o currículo, era um currículo apenas voltado para problemas existentes na zona rural e não tinha uma boa aceitação pelo próprio público rural. Então ao detectar isso, quando eu entrei, propus apresentar um currículo igual ao que nós encontramos nos centros urbanos do estado da Bahia. E funcionou. Foi um grande desafio, porque todos acham que a população rural não está preparada para receber uma educação semelhante a que se encontra na cidade. É ledão engano. E, aí, nós tivemos um sucesso neste programa, já fomos premiados pelo programa, já tivemos premiações individuais. No mês passado eu fui para a premiação de um aluno de uma Comunidade Quilombola, Felipe, ele foi o 2º lugar na Olimpíada Brasileira de Física, ele concorreu com 1.200.000 alunos de escolas públicas e escolas privadas, ele foi o 2º lugar. Ele foi também o 2º lugar na conferência junto

com as escolas públicas, detalhe esse aluno não tem luz elétrica na sua residência, ele só tem luz elétrica na escola quando ele vai assistir às aulas do EMITEC. Então para nós esse foi o grande prêmio do nosso trabalho. E pode também representar o potencial que a comunidade rural tem e que é desconhecida. Ainda bem que muitos já estão abrindo os olhos para essa possibilidade de mesmo tratamento, pelo menos, um tratamento educacional.

Eu começo mostrando esse trabalho é capitaneado pelo nosso Secretário de Educação do Estado da Bahia, Professor Osvaldo Barreto, ele acredita na educação e numa educação com uma modalidade diferente que sirva para atender aos interesses da população. E aqui eu já vou trazer um pouquinho o que é o ensino médio com intermediação tecnológica. Como todo professor, eu sou professora também, sou professora de biologia, a gente sempre começa falando de conceitos. E aqui eu trago o conceito do programa EMITEC, o que é uma educação com intermediação tecnológica. Consiste em fazer uso de uma rede de serviços de comunicação multimídia que integra dados, voz e imagem, o nós chamamos de "videoestruim". E o EMITEC, tem esses objetivos, é um objetivo principal, que é a conclusão do ensino médio e três subprodutos, aliás, um que é a inclusão social o outro por ser prosseguimento nos estudos. E aí nós estamos conseguindo atingir todos esses objetivos. Primeiro e principal, conclusão do ensino médio, só que as nossas aulas ela usa também como incentivo fazer com que esses alunos não parem no terceiro ano, que eles deem prosseguimento no estudo superior, estamos conseguindo. Muitos alunos que concluíram o EMITEC estão passando em universidades públicas tendo boa pontuação no ENEM, e com isso, uma maior inclusão social. A metodologia do programa consiste em aulas presenciais, usamos a intermediação tecnológica, mas todas as aulas são presenciais. O aluno tem que estar em sala de aula de segunda a sexta-feira, e às vezes para complementar o currículo, o sábado letivo é previamente agendado, então esses alunos já sabem os dias do ano todo que vão ter aulas aos sábados. Metodologicamente de uma rede de serviços de comunicação multimídia que vai integrar dados, voz e imagem, como eu falei anteriormente. E uma das coisas que nós priorizamos muito é a interatividade dos alunos com os professores especialistas durante as aulas. Vocês vão entender um pouco melhor na medida em que eu for falando e apresentando pequenos vídeos. Tecnicamente o funcionamento do EMITEC é dessa forma: toda aula é gerada em Salvador, nós temos em Salvador, ocupamos três espaços que não são espaços grandes, um espaço onde funciona coordenação de estúdio, com três estúdios pequenos, nada de grande porte; esse link vai para São Paulo, captado por antena parabólica, leva para o satélite e do satélite que esses dados de voz, e imagem vai parar nas telessalas do EMITEC. Cada telessala do EMITEC, tem que ter implantado um kit tecnológico, que é uma antena daquele tipo que eu mostrei lá, um computador, uma impressora, uma televisão de no mínimo trinta e duas polegadas, ou então telas com retroprojeto, mas eu prefiro a televisão, porque isso aqui quando quebra acaba tendo um custo grande. Então é melhor uma TV que tem um tempo de vida maior, e a imagem a recepção da imagem e do som é muito boa, não deixa nada a desejar.

Eu trouxe a organização de estúdio é um vídeo de um minuto e meio mais ou menos. Esse vídeo, à medida que vídeo for passando eu vou mostrando para vocês. Aqui é onde estão implantados os nossos estúdios, cada estúdio corresponde a uma série do ensino médio. Então nós temos estúdio um, dois e três, primeiro, segundo e terceiro ano. E em cada estúdio nós temos esse pessoal de apoio, que são os cinegrafistas, o mediador de PTV, aí é uma professora ministrando uma aula dentro do estúdio. Esse foi o estúdio do ano passado, nós reformulamos o nosso estúdio, empreendemos mais tecnologicamente para poder termos aulas mais dinâmicas, inclusive, com aulas práticas, diretamente do estúdio e ao vivo. Todas as aulas elas são transmitidas lá ao vivo e estão gravadas concomitantemente, para que depois dessas aulas, nós gravamos, nós temos outra sala, que é a sala de produção, onde essa aula vai ser editada e depois postada num ambiente virtual, para o mediador, o mediador é um professor que está na sala de aula, no dia que tiver algum problema de transmissão, porque mexer com tecnologia não temos garantia de cem por cento. Então se não pode abrir naquele dia, ele tem a aula lá gravada para revisar com o seu aluno e marcar outro dia para uma reposição dessa aula. Ou seja, o aluno nunca vai perder a aula, o aluno nunca tem aula vaga, nunca tem falta de professor e nunca tem atraso de aula. Nós temos duzentos dias letivos de aulas efetivamente, não tem como não ter, porque fica tudo registrado no ambiente virtual. Então aí está mostrando todo o movimento, são pessoas de apoio que nos ajuda, nos auxilia lá para ver como é que está a qualidade do som, a qualidade da imagem, enfim, recebeu alguma dúvida de aluno, nós temos os professores assistentes. Aí é um diretor de TV, ele diz quando a aula vai começar igual à televisão mesmo, então o professor já sabe, ele está contando o tempo para ele entrar no ar. E aí o professor assistente e o pessoal de apoio acompanhando também toda a aula para ver se está tudo correto. Só para poder vocês ver um pouquinho de como funciona lá dentro do estúdio. Temos bastantes desafios não é fácil, nós não paramos um minuto de trabalhar, funciona nos três turnos, manhã, tarde, noite, ininterruptamente, e temos uma equipe de professores relativamente pequena. Atendemos quase dezesseis mil alunos com mais ou menos oitenta professores, dividido por equipes. E aí eu posso falar para vocês se forem de interesse como é que é essa estratégia, sem sobrecarregar o professor. O professor tem tempo para pesquisa, tem tempo para preparação suas aulas, para treinamentos constantes, em fim, o ambiente hoje o clima organizacional do trabalho é um dos melhores possíveis, todos trabalham de forma harmônica e felizes, isso é muito interessante. Então nós temos alguns desafios como autonomia dos estudos, o primeiro ano é difícil, quando a Deputada Epifânia foi lá e eu mostrei tudo, e aí todo mundo diz assim. Há mas é tudo certo, tudo bom. Eu disse não, o primeiro anos de implantação é o primeiro ano, é o ano mais difícil, primeiro porque os alunos, eles estão habituados aquele tipo de educação, eles estão habituados a ter vários professores lá na sua sala pertinho deles. Aqui ele vai ter vários professores, só que distantes dele. Então quem está à frente desse programa, não tem feriado, e nem tem turno de trabalho, tem que estar o tempo todo vigiando mesmo, acompanhando. É como diz

aquele ditado: o que engorda o gado é o olho do dono. Então quem estiver à frente tem que ter essa concepção de trabalho, que depois dá para dar uma relaxada, e levar a diante ter vida própria. Mas autonomia nos estudos, tanto dos professores quanto dos estudantes nós temos que desenvolver, nós temos que trabalhar sempre com estratégias diversificadas, não pode ficar apenas dando aula sentado como estivesse apresentando um jornal Nacional, de jeito nenhum. Então, a gente está sempre em eterno treinamento para dinamizar essas aulas. O compromisso tem que ser de todos os lados: dos professores, mediadores que são aqueles que estão na sala com os alunos; dos professores especialistas, na hora de fazer o planejamento das suas aulas; de nós da Coordenação, todos da Coordenação, enfim. E a interatividade: a interatividade é um dos processos mais importantes que existe quando você trabalha com intermediação tecnológica, que é você ouvir e fazer com que os alunos participem das aulas. Então nós vemos dois tipos de interatividade, o aluno não é passivo, não é um sujeito passivo. Ele participa, ele interfere no momento correto. Então, as aulas são divididas em momentos, três momentos, que é o momento de exposição do professor, que é o momento de ensino; o momento de produção, que é o momento de ensino e aprendizagem e o momento de interação. Durante a aula o aluno pode perguntar da seguinte maneira: se eu tenho uma dúvida eu vou até o meu mediador, escrevo para ele e ele digita no computador e em tempo real o professor assistente recebe a dúvida lá e vai tirar ao vivo, no estúdio, passa para o professor especialista e se é uma dúvida persistente, que é também significativa para toda a turma, ele vai falar ao vivo. Caso contrário, que seja uma dúvida superficial, o professor assistente responde no chat. E o outro momento de interatividade, é com o aluno, nós abrimos as salas e vê o aluno e o aluno nos vê e ele pode responder a perguntas. Então, o professor sempre prepara uma questão ou duas questões para que esse aluno, no momento de produção, faça e depois ele peça no momento de interatividade. Então é bem legal. Nós estamos assim, hoje, o EMITEC, depois de ter mudado de nome, de estrutura e concepção em 2010, 2011, 2012 e 2013. Em 2010 nós conseguimos crescer tudo isso. Então já estamos em todo o estado da Bahia. Aqui são dados do programa de 2011 e 2012: municípios, localidades, escolas, telessalas, turmas e mediadores. Essa é a quantidade, azul de 2011, vermelho de 2012. Agora em 2013 nós estamos com 70 professores que são divididos e contratados de acordo com a carga horária de disciplina. Disciplina que só tem uma aula de 50 minutos, como educação física e arte, nós temos uma equipe com quatro professores de 40 horas; disciplinas com duas aulas por semana, que corresponde a 100 minutos de aula, é uma equipe formada por cinco professores de 40 horas e a disciplina que é matemática e língua portuguesa, que têm uma carga horária maior, nós temos uma equipe de dez professores, porque eles pegam matemática, eu criei uma disciplina que todo mundo pode fazer isso no currículo, chamada de atividades complementares. O que é essa disciplina? É uma disciplina de revisão da série anterior, de matemática e língua portuguesa, que é o grande nó na educação essas duas disciplinas porque todas as outras vão precisar interpretar, fazer contas e outros conhecimentos relativos à matemática e à língua portuguesa.

Então, já no primeiro ano ele tem aula uma vez por semana de atividade complementar de matemática e na outra semana já vai ter atividade complementar de língua portuguesa e assim vai girando. O primeiro ano vai rever conteúdos dessas disciplinas da 8ª série que é o 9º ano hoje. O 2º ano vai rever do 1º e assim sucessivamente. E tem dado certo isso. Então, esses são os nossos números, 410 localidades, 140 municípios, 660 telessalas, 759 turmas e 15.838 alunos atendidos esse ano de 2013. Aqui é uma organização pedagógica do EMITEC, eu transformei o EMITEC numa mini Secretaria porque assim nós trabalhamos com maior agilidade, com maior rapidez, então nós não esperamos o órgão maior. Qualquer problema na telessala, eles entram em contato conosco e nós tentamos resolver. Quando nós não resolvemos, não conseguimos resolver, nós acionamos os órgãos maiores da Secretaria do Estado. Então isso tem dado um resultado bem legal. Então nós estamos lá no IAT, onde a professora e Deputada Epifânia foi nos visitar e tem a Coordenação Executiva, representada por mim e eu tenho quatro assistentes, porque nós funcionamos em três turnos. Então tem que ser o tempo todo. Quando eu estou em uma reunião a minha assistente está lá para resolver algum problema que eu não possa resolver por estar fora. E temos todas essas Coordenações, a Coordenação Pedagógica de Área, nós trabalhamos por área e interdisciplinarmente, disciplinarmente e interdisciplinarmente também. Uma Secretaria EMITEC para atender diretores de escolas, vinculação anexa e mediadores para resolver os problemas. Um setor de avaliação, o professor faz as provas, o setor de elaboração vai analisar essas provas para ver se está de acordo com o currículo implementado, se a temática foi realmente ministrada pelo professor, enfim, faz toda essa organização. Uma Coordenação de estúdios e por aí vai a nossa organização pedagógica. O papel do mediador no AVA: o AVA é um ambiente virtual de aprendizagem. Nós usamos o moodle, que é uma plataforma gratuita e muito fácil de utilizar. Então, como nós temos um público muito diversificado e com grandes dificuldades de utilizar a tecnologia, nós preparamos esses mediadores, fazemos cursos de 40 horas e estamos o tempo todo para atendê-los até eles se sentirem seguros para fazerem esse trabalho. Então, o mediador que é o professor que fica em sala de aula com os alunos, ele tem que motivar esses alunos, aplicar e acompanhar o desenvolvimento de todas as atividades, esse mediador não dá aula e nem faz atividade nenhuma, tudo é feito em Salvador. Ele só faz aplicar e acompanhar. Vai acompanhar a frequência, manter a disciplina e organização da sala de aula presencial, estimular o aluno para que ele chegue a sua própria conclusão e para serem sujeitos conscientes de sua autonomia social. Cada disciplina tem uma identidade visual. Eu trouxe uma de cada área para vocês verem. Então, na área de ciências humanas, geografia tem esse slide padrão e essa imagem no final, na parte de linguagem, educação física, é representado daquela maneira, então, LPLB também tem uma identidade visual, cada uma das disciplinas. Na hora de ciências da natureza, física, tem essa identidade visual e matemática que hoje é uma área separada, separado de ciências da natureza, matemática e suas tecnologias. Esses são os três momentos da teleaula: exposição, produção e interatividade em sala e chat, que eu

já falei anteriormente e aí, um monitor de trinta polegadas que fica na frente do professor, então ele sabe o tempo que ele tem de exposição. Exposição ele já está em 29 minutos e 25 segundos, ele sabe que falta menos de um minuto para ele fechar a aula dele e ele tem que cumprir esse horário. Então o planejamento da aula é condição *sine qua non* para poder estar atuando no EMITEC, ele não pode dar aula de improviso, se não sai tudo errado. Aqui embaixo tem produção, então para essa disciplina reservou-se 25 minutos de produção, os alunos tem 25 minutos para realizarem uma atividade que esse professor acabou de expor sua aula passou para ele, depois ele vai ter 15 minutos de interação. Acabaram os 25 minutos, abre a sala e ele pede aos alunos que apresentem os resultados da atividade realizada. É um trabalho intenso, mas dá certo. Aqui são imagens das etapas de um planejamento de aula. Aqui fica em outra sala que nós ocupamos, é aqui nesse ambiente que os professores planejam, se reúnem com seus pares para fazer todas as atividades. Aí é um momento de planejamento, aí ainda é planejamento de aula. Aí a professora num momento de transmissão da teleaula, aí é já lá no estúdio, esse já é o estúdio novo, vocês veem que a bancada já é diferente, já tem um computador de tela LCD, vamos melhorando aos pouquinhos.

Aí é a atuação do professor assistente durante a teleaula, então ali tem um vidro onde o professor está lá dentro do estúdio ministrando a aula e do lado de fora do vidro, que chamamos de aquário, essa professora está acompanhando a aula e ao mesmo tempo respondendo dúvidas dos alunos via chat.

Aí é a organização interna do estúdio 1 (um) que é o estúdio do 1º ano, aí numa aula de história, e aqui é o calendário das unidades, tem que ter esse planejamento, não somente o professor como o coordenador pedagógico para que tudo dê certo, então a gente divide tudo em início de aula, recesso, sábado letivo que tiver, atividades dirigidas, as APAs que são Atividades Por Área por unidade.

Trabalhamos com temas transversais, todo ano nós buscamos temas transversais via aluno, mediador e professor, a gente faz uma enquête vê quais são os mais importantes para o vestibular, para o ENEM e para a vida e aí trabalhamos. Como vocês podem ver na primeira unidade trabalhamos com o ano da tecnologia, porque 2013 é o ano da tecnologia, e a culminância foi construção de blog, e os alunos fizeram, trabalhamos com quilombola, unidade prisional, indígena, zona rural, e aí quando a gente lançou essa atividade os próprios professores falaram – “eles não vão conseguir fazer, eles não sabem fazer” – sabem sim, construíram sim e deu certo. Na segunda unidade, Bahia, “Um olhar sobre nós mesmos”, que foi um festival de música, fechamos agora, diversidade e pluralidade, o convívio com as diferenças; terceira unidade, feira do conhecimento, as diversas fases na qualidade de vida; na quarta unidade tem uma exposição artístico cultural. Todas essas culminâncias são orientadas efetivamente pelos professores nossos. Para seleção de docentes, é uma seleção interna, toda minha equipe é formada por professores do Estado. É claro que não encontramos esses professores com a formação

que nós precisamos e desejamos, mas nós preparamos esses professores para tal. A única equipe que é terceirizada é a equipe de estúdio, com todos os equipamentos tecnológicos, aí nós fizemos edital, licitação, etc... , mas todo o corpo pedagógico é professor do Estado. Então nós lançamos o edital na seleção docente, fazemos uma análise curricular, depois uma entrevista técnica individual, depois tem uma prova didática com uma aula usando slides, usando vídeo, nós dizemos o que é que queremos nessa aula dele e depois que ele é aprovado na prova didática em todos os outros andamentos, nós fazemos um curso de formação específica voltada para intermediação tecnológica, esse curso também é promovido por minha equipe, então normalmente nós não chamamos ninguém de fora, já temos uma equipe pronta para poder dar andamento em tudo, então acaba sendo rápido. Então, o profissional do EMITEC tem que ter essas habilidades, habilidades técnicas, operacionais, comunicacionais e pedagógicas. Sabemos que o professor tem uma formação normalmente pedagógica, as outras a gente vai preparando com muita paciência e calma e dá tudo certo.

Aí é o horário das aulas no matutino. As aulas começam rigorosamente 7:30 horas da manhã e termina 11:50 horas da manhã, com intervalo de 10 minutos. O vespertino começa às 13:00 horas e termina às 17:20 horas e o noturno começa às 18:30 horas e termina às 21:50 horas.

Aí é aquela teleaula, só um pedacinho da aula de atividades complementares. Vinhetas também sai tudo da cabeça da gente lá. Sempre a gente começa com algo diferente, aí começa com uma aula de canto.

Aí já é outra disciplina, foi uma revisão de matemática de atividade complementar do 1º ano e de língua portuguesa. O sistema de avaliação, como eu falei, é por área e interdisciplinar e nós temos todos esses instrumentos avaliativos, avaliação qualitativa, e por aí vai.

Eu vou correr porque meu tempo já está esgotado, gente. Aqui é importante, são as conquistas do programa, aí são os alunos do EMITEC nos vários distritos, já falei desses números dos atendidos, foram fotos tiradas lá durante o momento de aula. Aí é o nosso público EMITEC, zona rural, indígenas são alunos ali nosso. Aí são resultados das atividades que foram feitas o ano passado, gincana, blog, EMITEC, feira de conhecimento, mostra de vídeo é o que foi o ano passado também. Aí foi durante a formatura do EMITEC. Aí foi a foto de premiação. O ano passado nós fomos premiados 3º lugar de inovação em educação na ABED. Aqui, nós já temos um livro feito pelos professores do EMITEC, o ano passado nós lançamos o livro Educação Básica com Intermediação Tecnológica, Tendências e Práticas. Aqui é o nosso Secretário de Educação na 1ª Foto que foi no dia da divulgação do livro, aí reportagens que falam sobre o nosso projeto e nós queremos ser conhecidos assim, para sempre pelas pegadas que nós deixamos.

Eu agradeço a todos vocês por me acolherem aqui no Estado, eu espero que o Programa EMITEC do Estado da Bahia auxilie bastante vocês, a fala de Nicássia, me deixou muito emocionada porque a história dela poderia ter sido a minha, eu também vi de escola pública, eu dei sorte que eu estava na

zona urbana e não na zona rural, eu espero Nicássia, que eu te encontre concluindo a sua educação básica e no ensino superior como eu consegui, com muita batalha, mas com muito orgulho. Muito obrigada.

SRA. EPIFÂNIA BARBOSA (Presidente) – Obrigada Letícia, eu queria aqui dizer também que nós convidamos o estado do Amazonas o coordenador, mas lá eles estavam com problema de agenda também finalizando conferência, estava com problema lá também de movimento de greve então estava com um pouco de dificuldade, quando ele confirmou foi na sexta-feira e nós não tínhamos condição de viabilizar passagem, mas a Letícia, desde o primeiro momento já se colocou a disposição e eu tenho certeza que muitos aqui devem está querendo fazer muitas perguntas, né? Eu queria registrar a presença do Sérgio Duran, Secretário Municipal de Educação de Guajará-Mirim, o Vereador Nide, da Câmara Municipal de Buritis, sejam bem-vindos. Vou conceder a palavra para a Angélica, que é Subgerente de Educação da SEDUC, também para ela nos apresentar aqui como é que está toda tramitação desse procedimento também na SEDUC.

SRA. MARIA ANGÉLICA AIRES – Bom dia a todos os presentes! Eu quero cumprimentar a Mesa, a Excelentíssima Senhora Deputada Epifânia, Professora Letícia que veio de Salvador, o João Ramão, meu colega parceiro em muitas atividades, Ana Lúcia do MP, a Vereadora Fatinha, também aí uma figura que está sempre conosco nas lutas, Professor Isaias de São Miguel, o Excelentíssimo Senhor Prefeito de Costa Marques o Senhor Chico Território. Bom primeiramente, eu quero parabenizar a Deputada Epifânia por essa iniciativa, por esse momento importante, por esse momento significativo. Hoje nós estaremos, sem dúvida nenhuma, discutindo a etapa mais desafiadora da educação atualmente que é o ensino médio. Nós sabemos que cumprir as funções do ensino médio não é nada fácil, a LDB estabelece como sendo função do ensino médio consolidar os conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, oportunizar ao aluno condições para prosseguimento de estudos ou ingresso no mundo do trabalho e ainda prepará-lo para o pleno exercício da cidadania, então são funções complexas. Hoje, nós sabemos que os eixos estruturantes do ensino médio são: ciência, trabalho, cultura e tecnologia e para nós conseguirmos de fato atendermos aos eixos estruturantes do ensino médio uma condição elementar é professores habilitados que tenham de fato domínio e propriedade de seus componentes curriculares. Então nós acompanhamos os depoimentos, sabemos que de fato o ensino médio, principalmente o ensino médio de campo apresenta inúmeras dificuldades, inúmeras demandas que não são de hoje, são demandas que vem se acumulando, acumulando de anos em anos em alguns momentos realmente até de descaso como foi dito. Nós atualmente estamos tentando promover um fortalecimento do ensino médio no Estado de Rondônia, e nós já temos medidas, medidas que são realidade para está apresentando, como meu tempo é curto, eu vou tentar ser breve, mas eu gostaria de estar passando algumas conquistas já dessa administração atual

em relação ao ensino médio. Bom nós sabemos que pós LDB que é de 1996, em 1998 foram publicadas as primeiras diretrizes curriculares do ensino médio e com as primeiras diretrizes curriculares do ensino médio vieram algumas medidas consideradas na época como reforma do ensino médio, e aí nós tivemos várias proposições em relação ao ensino médio, algumas que não foram cumpridas até hoje, porque em educação tudo é muito gradativo, tudo é muito lento, nós sabemos disso. Dentre essas medidas na época se orientava que o ensino médio deveria ter um atendimento exclusivo porque o ensino médio na verdade, ele atende interesses diversos em relação a escolarização porque ali estão adolescentes, ali estão jovens, ali estão adultos e obviamente com interesses diversos em relação a escolarização, uns querem prosseguir estudos, outros querem ingressar no mundo do trabalho, enfim, e fica muito difícil para o gestor fazer uma administração voltada para atender crianças de seis anos e adultos de vinte anos, de vinte e três, vinte quatro. Então Rondônia sempre teve uma realidade nesse sentido de compartilhar séries iniciais com ensino médio e isso de fato não é recomendável e nós então estamos tentando fazer uma reorganização. Já tivemos algum sucesso em relação a isso, principalmente para não compartilhar o ensino médio com as séries iniciais do ensino fundamental. Nós temos pouquíssimas escolas que atendem exclusivamente o ensino médio e dessas escolas que atendem exclusivamente o ensino médio nós podemos assegurar que todas elas apresentam resultados bastante superiores ao resultado apresentado pelas demais escolas, exatamente por considerarmos que os seus gestores trabalham administrativamente e pedagogicamente numa visão voltada para cultura jovem e isso tem produzido bons resultados, nós podemos citar o João Bento, de Porto Velho; Josino Brito, de Cacoal; Jovem Vilela, de Ji-Paraná, que são escolas que tem um atendimento exclusivo. Então faz parte do fortalecimento do Ensino Médio ampliar o número de escolas com atendimento exclusivo para o Ensino Médio. Nós já, este ano, fizemos um reordenamento que nós conseguimos ao menos não compartilhar mais o Ensino Médio com as séries iniciais do Ensino Fundamental. Outra medida de fortalecimento do Ensino Médio, também já é uma realidade, é a correção do fluxo escolar, porque Rondônia passou anos sem fazer um trabalho sério de correção de fluxo escolar e quando nós pegamos a escolarização líquida do Ensino Médio no Estado de Rondônia, escolarização líquida diz respeito à faixa etária própria no ano escolar adequado, ou seja, no Ensino Médio nós teríamos que ter alunos de 15 a 17 anos matriculados. Então quando nós pegamos a nossa escolarização líquida segundo o IBGE, ela é baixíssima, mas sabe por quê? Por que nós temos 30.000 alunos retidos no Ensino Fundamental. Então nós temos 30.000 alunos de 15 a 17 anos que deveriam estar cursando o Ensino Médio, mas ficaram retidos no Ensino Fundamental. E isso, lógico, é muito prejudicial para a carreira escolar do aluno e é um dos motivos do abandono e da evasão. Então hoje nós estamos fazendo um trabalho sério de correção de fluxo escolar que visa realmente corrigir essa distorção: idade/ano escolar. O aluno, ele tem que estar no ano escolar

em idade própria, se por algum motivo ele tropeçou, é preciso que o Estado tenha medidas para assegurar que esse aluno possa avançar e que esse aluno possa estar realmente frequentando o ano escolar em idade própria. Então também já é uma medida que nós na verdade, efetivamos a partir desse ano um trabalho sério de correção de fluxo escolar. Outra medida de fortalecimento do Ensino Médio da atual gestão é a implantação da educação profissional técnica articulada ao Ensino Médio. Eu quero dizer aos senhores que tem um Decreto do Governo Federal de 2004, um Decreto 5354 de 2004 que propôs a articulação entre a Educação Profissional Técnica e o Ensino Médio. Esse Decreto, ele propõe essa articulação em três modelos: no Modelo Concomitante, no Modelo Integrado e no Modelo Subsequente. O Estado de Rondônia não se moveu e não teve medidas em relação a isso, de modo que hoje entre os entes federados nós temos inúmeros, vou citar aí Santa Catarina, Minas Gerais, que têm inúmeros alunos que já frequentam o Ensino Médio Articulado com a Educação Profissional, porque nós sabemos que a Educação Profissional é um fator de desenvolvimento ímpar. O jovem hoje, ele precisa sim ter acesso a esse modelo de articulação em que ele ao concluir o Ensino Médio também tenha habilitação profissional técnica e embora esse Decreto tenha sido publicado em 2004, o Estado de Rondônia não se mobilizou, não se mexeu, não implantou nenhum curso Profissional Técnico Articulado ao Ensino Médio na rede estadual e isso, lógico, é um prejuízo muito grande. Este ano nós implantamos, nós temos 06 cursos de Educação Profissional Técnico Articulado com o Ensino Médio no modelo Concomitante em parceria com o SENAI e temos 01 curso no modelo Integrado que é na Escola, e uma escola rural em Abaitará, no município de Pimenta Bueno, onde nós implantamos o curso de Agroecologia. Então para nós é uma conquista muito grande, é o resgate de uma dívida com o Ensino Médio no estado de Rondônia. Outra conquista também foi a adesão ao Programa Ensino Médio Inovador, é um programa carro chefe do Ministério da Educação para o Ensino Médio. Gestões anteriores não aderiram, não fizeram adesão ao programa, nós fizemos adesão ao programa, esse programa, ele visa ampliar a carga horária do aluno, porque nós sabemos que hoje o currículo do Ensino Médio, ele é muito extenso, o Governo Federal, na verdade, lançou o programa Ensino Médio Inovador para fomentar a ampliação da jornada diária do aluno no Ensino Médio e hoje nós temos 29 escolas que trabalham com o Ensino Médio Inovador ampliando a carga horária diária do aluno, e temos 93 escolas cadastradas no Programa Ensino Médio Inovador, que 29 ampliaram a carga horária e as demais já estão fazendo um redesenho curricular em relação à melhoria do Ensino Médio. Também consideramos uma conquista. Outra questão em relação ao referencial curricular do Ensino Médio, Rondônia não tinha nenhum documento norteador do Processo Ensino Aprendizagem relacionado ao Ensino Médio, nós tínhamos alguns documentos relacionados ao Ensino Fundamental. Ao Ensino Médio, Rondônia não tinha um único documento norteador do processo Ensino Aprendizagem e embora o Governo Federal, o Ministério da Educação disponibilize diretrizes curriculares, é preciso que os Estados tenham um documento próprio, um documento que considere

a regionalidade, que considere os aspectos culturais pertinentes de fato à sua identidade. Rondônia não tinha e hoje nós temos, é um documento que ainda não está publicado, mas ele já está disponibilizado em mídia e foi elaborado, elaborado de uma maneira bem democrática, teve a participação de todos os professores, tivemos vários fóruns e enfim, hoje, nós podemos dizer com muita satisfação que Rondônia tem um documento que pode nortear o processo Ensino Aprendizagem de acordo com a sua identidade, porque até então, quando nós participávamos dos eventos promovidos pelo Ministério da Educação, nós ficávamos envergonhados de ver os outros Estados colocando as suas experiências, falando dos seus referenciais curriculares e nós no Estado não tínhamos de fato esse documento tão importante para que a gente possa balizar as ações no Ensino Médio e para que a gente possa permitir um acesso ao conhecimento de forma igualitária em todo Estado, porque infelizmente o que estava acontecendo é que o aluno ao ser transferido de uma escola para outra, ele se deparava com conteúdos programáticos totalmente diferenciados e isso eu nem vou dizer quem vinha do interior para a Capital não, eu posso dizer que aqui mesmo na Capital, quando um aluno é transferido de uma escola para outra existia uma disparidade muito grande em relação ao acesso ao conhecimento, alguns alunos tinham determinado acesso ao conhecimento, outros tinham outros e assim por diante. Então, nós consideramos também muito importante a elaboração desse documento. Então todas essas conquistas que eu citei são realmente reais, medidas de fortalecimento já implantadas, conquistas dessa atual gestão. Agora, por fim, eu gostaria de falar sobre a implantação do Ensino Médio do campo com mediação tecnológica. Nós enviamos o projeto pedagógico em junho do ano passado para o Conselho Estadual de Educação para análise e parecer. Estivemos no Amazonas, o Amazonas foi o Estado idealizador dessa proposta, o Amazonas tem resultados já comprovados em relação ao êxito desse modelo de atendimento e, inclusive, já ganharam prêmios, muitos prêmios internacionais, nacionais, enfim, e puderam de fato permitir o acesso ao Ensino Médio nas comunidades ribeirinhas, eles tinham uma demanda reprimida muito grande e com esse projeto eles estão conseguindo minimizar muito essa situação e eu digo que nós, obviamente, não temos as dificuldades geográficas do Amazonas, com certeza, mas em relação ao déficit de professores habilitados, nós também temos uma situação muito grave, muito séria. Nós sabemos que a falta de professores habilitados é uma problemática nacional, não é local, não, não é do Estado de Rondônia, não é do Estado do Amazonas, é uma problemática nacional. Desde a década de 70 a carreira do Magistério, a docência vem passando por uma desvalorização econômica imensa e com a desvalorização econômica também vem a desvalorização social. E com isso, obviamente, os jovens não estão mais interessados em ingressar na carreira. Então é uma realidade que o país tem que encarar de frente. Todos os entes precisam encarar de frente, porque se não houver, realmente, soluções para valorizar o profissional da Educação em pouco tempo nós não teremos mais professores suficientes para atender, para garantir o direito a Educação. É uma realidade que nós não

podemos fugir. Bom, então, hoje nós temos um déficit muito acentuado em relação a professores habilitados, e como eu disse para vocês anteriormente, no início da minha fala, cumprir os eixos estruturantes do ensino médio: ciência, trabalho, cultura e tecnologia sem professores habilitados é quase que impossível. Com professores habilitados é um grande desafio, sem professores habilitados é quase que impossível. Mas, nós temos esse modelo com mediação tecnológica que nós acreditamos, confiamos. Eu estive em Manaus, acompanhei as atividades nos estúdios e também fiz questão de acompanhar as atividades nas salas interativas, onde o aluno recebe esse tipo de atendimento e, em ambos os espaços, eu fiquei completamente surpresa e, em alguns momentos, até emocionada, de estar presenciando um modelo que eu não conhecia e que para mim, de fato, é uma saída, é uma opção, principalmente, para a educação do Campo. No Projeto que nós enviamos ao Conselho Estadual de Educação o foco é o atendimento do campo, mas também nós pedimos, solicitamos que o projeto pudesse ser implantado em municípios cujos déficit de professores habilitados está comprometendo o atendimento do Ensino Médio. Mas porque nós defendemos esse Projeto? Primeiro porque ele estabelece um padrão de atendimento, isso é maravilhoso, nós vamos ter a certeza que os alunos estarão recebendo, estarão tendo acesso ao conhecimento onde eles estiverem, se eles estiverem em uma comunidade distante, onde muitas vezes existe a dificuldade de transporte e que também a Secretaria de Estado tem dificuldade de acompanhar, de fato, como as coisas acontecem lá na sala de aulas, esse projeto acaba com essas dificuldades. Por quê? Por que todos terão um padrão de atendimento. Então eu entendo que é uma vantagem interativa, o aluno por mais distante, em uma comunidade mais longínqua ele vai ter o mesmo atendimento com aquele aluno que a comunidade é há trinta quilômetros aqui da capital. A professora Letícia falou uma coisa que é de extrema importância: cumprimento da carga horária mínima de dias letivos. Gente, hoje o cumprimento da carga horária mínima de dias letivos é um desafio enorme até na área urbana, quanto mais na educação do campo. E esse projeto, em função de que, se algum motivo à transmissão via satélite, em tempo real não ocorrer, fica gravado, a aula vai ser em algum momento, o aluno vai ter acesso à aula, vai haver de fato a reposição. Então, também eu vejo que é uma vantagem enorme garantir o cumprimento da carga horária mínima de duzentos dias letivos e de oitocentas horas efetivas de trabalho escolar. Outra questão, que me chama muito atenção, é relacionada à oferta de um ensino contextualizado, porque um dos princípios das diretrizes curriculares é interdisciplinaridade e contextualização. E esse modelo de atendimento ele oportuniza oferecer ao aluno um ensino contextualizado. E como a professora Letícia disse, no momento em que o Professor vai roteirizar a sua aula é o momento que ele pode fazer inserções de vinhetas, de pedaços de musicais, de desenhos, de documentários, de fotografias, enfim, ele pode ilustrar a sua aula. E a aula, eu garanto a vocês porque eu assistia às aulas em uma sala interativa, as aulas elas ficam riquíssimas, elas ficam dinâmicas, elas ficam ilustrativas, elas ficam interessantes. Eu entrei em uma comunidade que eu visitei, eu entrei em uma turma de 3º ano

do Ensino Médio e, comecei assistir a aula e, eu precisava visitar as outras turmas e, eu estava tão vidrada na aula que eu não queria sair, eu tive dificuldades, a aula estava rica, maravilhosa, os alunos concentrados.

Bom, o meu tempo acabou, mas eu vou pedir mais cinco minutinhos, tá Deputada, mais cinco minutinhos. Outra questão, também, outra vantagem desse modelo de atendimento, é que na minha percepção ele cria uma rede de saberes, porque no momento da interatividade que o aluno se posiciona em frente a webcan e, ele, aluno fala com o Professor no estúdio e ele dá a sua interpretação, enfim, ele coloca o seu entendimento, então, eu entendo que isso vai criando uma rede de saberes muito grande, porque é a interpretação dos alunos. E o que eu percebi nas salas interativas que eu estive é que no momento da interatividade os alunos eles ficam assim concentrados, tão, quanto quando eles estão assistindo a aula. Por quê? Por que são seus pares que estão falando, são seus pares que estão falando, que estão colocando as suas dúvidas e que às vezes também estão se posicionando, estão colocando a sua interpretação. Eu me surpreendi muito de estar verificando o posicionamento dos alunos do Amazonas, a propriedade com que aqueles alunos debatiam aqueles temas, eu fiquei surpresa com a postura, com a propriedade que eles falavam, então, isso também é muito importante. E, como eu disse, é um modelo em que nós vamos estabelecer uma igualdade de acesso ao conhecimento sistematizado. E para que o aluno possa fazer uma construção, uma resignificação de conhecimento, primeiro ele tem que ter acesso ao conhecimento sistematizado, se apropriar do conhecimento sistematizado, para posteriormente ter condições de fazer a construção e a resignificação desse conhecimento. Então, no meu conhecimento é o modelo que se apresenta de fato. Pode melhorar significativamente o atendimento da educação do campo. Eu gostaria de falar mais, mas meu tempo já se esgotou. Obrigada.

SRA. EPIFÂNIA BARBOSA (Presidente) – Obrigada Angélica. Nós vamos agora, antes de nós passarmos aqui para a fala aqui das autoridades na Mesa e já na sua fala cada um já vai fazer as suas considerações e encaminhamentos, eu vou novamente já abrir para a comunidade, porque algumas pessoas se inscreveram, e aí eu vou pedir aos que se inscreveram, são três pessoas, que sejam bem breves porque é bom a gente começar e terminar junto. Então, assim, que possam a partir do que ouviram aqui nas apresentações fazer alguma pergunta, algum questionamento, algum comentário que a gente não tem que ser repetitivo, para que a gente possa fazer os encaminhamentos. E aí eu vou convidar a Nézia, enquanto a Nézia chega que ela está lá atrás, eu já vou pedir, então, para o Adailton Noleto que ele é Secretário da Associação dos Agricultores do Assentamento Aliança, aí ele faz a sua intervenção, depois a Nézia e em seguida já pode vir pra cá também o Rosivam, que vai aqui falar também das Comunidades Ribeirinhas.

SR. ADAÍLTON NOLETO – Bom dia. A Deputada Epifânia proponente aqui desta Audiência e aos seus convidados, os

Parlamentares, Vereadores dos Municípios aqui presentes, e todos os interessados neste debate sobre a Educação do Ensino Médio nas comunidades distantes Ribeirinhos, Quilombolas, Indígenas e as Comunidades Rurais dos Assentamentos. Eu sou representante de uma Associação Rural aqui há quarenta quilômetros de Porto Velho, a Associação AGRILANÇA, onde a Deputada Epifânia já esteve conosco por diversas vezes, sou pioneiro na Comunidade e, também professor da rede municipal da rede de Educação do Município de Porto Velho. E me interessou o debate, eu me inscrevi em função de que penso, Deputada, que fazendo aqui até um complemento das palavras do companheiro professor da Escola Família Agrícola. Nós aqui em Rondônia ainda temos muitos problemas dos programas existentes no Governo do Estado em referência a educação do ensino médio pra se resolver antes de tramitar qualquer outro programa para esse Governo que a princípio, no meu ponto de vista teria que dar uma resposta da situação do Ensino Médio que existe hoje nas comunidades distantes. Nós temos um problema sério na comunidade de Aliança, uma escola do Ensino Médio que até hoje não se resolveu, a comunidade já se manifestou ao Ministério Público a situação e assim por diante. Eu penso que é muito arriscada essa situação de implementar uma coordenadoria agora nesse sentido, de resolver os problemas, antes de nós discutirmos a dívida que o Estado tem com o ano letivo do exercício de 2013, que muitas comunidades sequer iniciaram o ano letivo ainda. É preciso cobrar a responsabilização. Esse Governo antes de 2011, eu fui convidado pelo Governador e aceitei o convite para coordenar o Esporte Escolar e a Cultura Escolar do Estado de Rondônia. Esse Governo, eu fiquei, Deputada, a senhora já estava aqui, eu fiquei oito meses na Coordenadoria de Esporte, Cultura Escolar, ele não demonstrou uma mínima importância com os jogos escolares do Estado de Rondônia. Querendo me fazer até por incompetente, com a minha equipe, que eu tirei pessoas de alto respeito da sala de aula para coordenar os jogos escolares e ele não demonstrou o mínimo de respeito com os alunos atletas e com os professores de Educação Física. O Governo que até hoje não atendeu as comunidades indígenas, não tem um programa para as comunidades indígenas. Os alunos de São Carlos, aqui à uma hora de carro, uma comunidade com setenta anos de fundação, os alunos ainda estão numa escola de extensão, porque não tiveram a competência, esses sucessivos Governos, de construir uma escola. Uma escola do Ensino Médio está agregada ainda a escola do Ensino Fundamental e ainda com a extensão de uma escola urbana. Nós temos que resolver esses problemas, não dá para discutir programas novos, se os programas que existem, não foi dado resposta. Eu não quero aqui dizer, Letícia, desculpe professora Letícia, que o seu não está dando certo, eu estou dizendo da realidade nossa. Porque a senhora falou realmente, que está dando certo, no Amazonas está dando certo. Mas eu sou professor de carreira há vinte e dois anos, e percebo que o debate aqui tem que ser para resolver os problemas que já existem. Porque de repente isso para nós pode se tornar outro problema, na execução. Eu não duvido da capacidade dos nossos professores, mas o Governador,

Deputada, vai garantir a logística? Será que ele garante o laboratório tecnológico? Será que ele vai dar acompanhamento? Essa é que é a minha preocupação. Eu acho até que defenderia a extensão do que já existe na educação tecnológica de formação profissional, uma extensão do que já existe nas escolas técnicas federais, para as escolas estaduais também, que funciona, é uma educação que funciona. Então gente, olha nesses termos, eu estou aqui em nome de uma comunidade que tem dificuldade até de deslocamento, eu tenho ex-alunos na comunidade lá, eu tenho filhos de amigos produtores rurais que gostariam muito de estar aqui. Pediram para que eu viesse e representasse a comunidade aqui e dissesse o que eles realmente pensam, e na verdade nós realmente precisamos discutir os nossos problemas que existem antes de provocar um novo problema educacional, que possa trazer mais problemas ainda. São essas as minhas palavras, obrigado.

A SRA. EPIFÂNIA BARBOSA (Presidente) – Obrigada Adailton, Nézia antes de você só a Ana Lúcia, a professora Ana Lúcia, que está aqui representando o Ministério Público, ela tem outro compromisso, aí ela fala, em seguida eu passo para você.

A SRA. ANA LÚCIA CORTEZ – Bom dia a todos, em nome do Centro de Apoio à Educação do Ministério Público, eu quero agradecer aqui a Deputada pela iniciativa, à professora Letícia pela bela apresentação. Nós sabemos que em nosso Estado, nós temos inúmeros problemas com a educação, isso é fato, principalmente, ainda enquanto outros Estados já estão brigando pela qualidade, nós ainda estamos brigando pelo acesso da criança e o adolescente na escola. Mas que tudo que vier para contribuir no nosso Estado é bem-vindo, e dizer que o Ministério Público vai estar aí para fiscalizar, olhar. Sabemos que não temos pernas para estar em todos os lugares, mas em alguns locais, o professor mesmo colocou que já fizeram denúncias, com certeza a Promotoria de Educação de Porto Velho, Dr. Marcelo, se já tem essa denúncia lá, ele com certeza, já vai atender, vai colocar o pessoal dele. E vamos estar lá lembrando. E dizer que nós estamos lá e qualquer coisa, podem nos procurar. Muito obrigada.

A SRA. EPIFÂNIA BARBOSA (Presidente) – Obrigada Ana, convidar a Nézia.

A SRA. NÉZIA BRAZ – Quero parabenizar a Mesa em nome da Deputada Epifânia, minha professora há anos, e Fatinha, nossa vereadora, hoje representando o município de Porto Velho a educação, aliás, hoje representando na Câmara onde esteve lá com um trabalho muito eficiente. Então essas duas mulheres, são mulheres de peso mesmo, do qual a gente tem um grande respeito, nós educadores do Município. E em nome de um amigo ali representante dos Distritos, mais popular, Tchê, que é o Diretor de Departamento do Interior. Quero parabenizar toda a comunidade aqui presente que veio para este ato tão importante e para nós do interior, interioranos que representamos os distritos, as linhas. Então eu sou professora

Nézia, e hoje gesto com uma escola no distrito de Abunã, da qual não é diferente das outras que tem toda uma dificuldade para este ensino, o Ensino Médio. Nós geramos um documento, Deputada, ontem recebemos este convite da sua pessoa, da pessoa da minha colega ali a vice diretora da minha escola e com a vereadora Fatinha, da qual nós nos preocupamos. Chegamos aos Distritos, nós nos reunimos com a classe da educação e o Administrador do Distrito, e nós geramos um documento do qual eu vou ler e quero entregar aqui para a comissão, vou ser bem breve também. Mas quero também frisar algumas falas que foram ditas por alguma colega, aquela colega que se emocionou aqui na plateia, aquele que usou a fala primeiro, não a conheço. É de outra comunidades. Que realmente é uma realidade hoje esse problema de chegar o Ensino Médio nos Distritos. Eu quero frisar algumas dificuldades que ele elencou aqui, que seria: o transporte escolar, que nós não temos realmente, e quero, como representante do Município e do Estado pedir que seja feita essa parceria nos Distritos desse transporte escolar, da ampliação desses prédios escolares que hoje a Marechal Rondon é uma escola que era antiga do Estado e foi tombada para o Município, o qual o espaço físico hoje está bem restrito para atender essa clientela do Ensino Fundamental e do Ensino Médio. Nós temos essa dificuldade e vimos brigando desde 2008. Em 2008 nós conseguimos, a professora Fatinha sabe disso, a deputada Epifânia, que nós conseguimos implantar o Ensino Médio, com ajuda também de outro colega que não está aqui, de vocês, as quais são pessoas que tenho muito contato, o Deputado Zequinha Araújo, foi quem nos conduziu até a Secretária de Estado, na época, em 2008, e nós conseguimos implantar através de uma extensão de uma escola daqui de Porto Velho. Então, através disso tudo, essa moradia hoje é a nossa maior dificuldade e o profissional da área, da qual a professora falou, frisou isso daí, isso é realmente difícil. O professor, hoje, de Matemática do Ensino Médio, no interior, o professor de português, ele pega uma, duas, três, quatro, cinco disciplinas da qual não é sua área e isso é preocupante, que foi falado aqui realmente, que fuge desse ensino realmente para o aluno. Porque se eu sou professora de Português é difícil administrar Matemática. Então são essas questões realmente que têm que serem revistas nos nossos Distritos. Eu vou ler aqui para vocês, um documento, nós geramos direto para a Comissão, para nós sermos bem breves e quero entregar aqui em mãos, deixar, não só para o meu Distrito também, que hoje eu estou dizendo que está tendo essa insatisfação, mas eu quero falar em nome de todos os Distritos, linhas vicinais, enfim, a área rural num todo. Nós fizemos assim: “Para: Comissão. Senhor (a), vimos através deste, informar a quem for de direito que o distrito de Abunã tem atendimento do Ensino Médio funcionando na Escola Municipal Marechal Rondon desde o ano de 2008. Foi implantado como extensão da Escola Estadual Estudo e Trabalho a qual prestou um serviço de grande relevância para todos os estudantes abunaenses. Em 2011 e 2012 passou a ser dirigido pela Escola Estadual Maria de Nazaré – Jaci-Paraná e em 2013 passou novamente para a Escola Estadual Estudo e Trabalho, Porto Velho. Com isso, sentimos que essa sequência de

mudanças gera uma insegurança no alunado e principalmente nos professores e demais funcionários que ficam por um longo período sem saber a quem recorrer a questões burocráticas, necessárias ao funcionamento de toda instituição, quando esta quer prestar um serviço de boa qualidade para todos os alunos. Diante do exposto, pedimos que o Estado como unidade federada passe a nos atender como pólo - Porto Velho, diretamente a REM ou crie uma parceria com o município de Porto Velho - Escola Marechal Rondon para estar atendendo melhor esse alunado, viabilizando o transporte escolar, contratação de professores habilitados na área, construir ou fazer aquisição de um prédio próprio ou ampliando a Escola Marechal Rondon, tendo em vista que a nossa demanda aumentou e hoje a escola não comporta mais o alunado no período noturno. Portanto, esperamos que nossas reivindicações sejam atendidas e que em 2014 não haja mais alunos do Ensino Médio fora da sala de aula aqui no nosso Distrito, pois temos informações que existem 36 alunos fora de sala de aula devido não ter transporte escolar para atender estes alunos das linhas vicinais. Atenciosamente.” Assinamos o documento, o Administrador Lélcio Ibanez França, o qual não pode estar aqui; eu, gestora da Escola e a Vice-Diretora Edilma Oliveira. Então são essas as nossas reivindicações, mas eu quero também ainda frisar e complementar uma fala muito importante que a professora Angélica frisou, do estado do Amazonas, Manaus. Eu estive no município de Borba, em 2010, e realmente fiquei emocionada, assisti uma aula realmente desse ensino que hoje pode ser modelo para nós, pode estar chegando ao nosso Estado. É uma escola maravilhosa, merenda maravilhosa e os alunos estavam ali na informatização recebendo essa aula. Coisa maravilhosa; e eu fiquei encantada com isso, em 2010! É realmente verdade, é uma realidade. E da Bahia, esse modelo que hoje nos apresentou, dizemos que a gente só deve copiar o que é bom. Então fica aqui o recado as nossas autoridades. Muito obrigada.

A SRA. EPIFÂNIA BARBOSA (Presidente) – Obrigada, Nézia. Quero dizer que a Nézia é do distrito de Abunã, fica há duas horas daqui, Letícia. E tem uma comunidade chamada Vila da Penha que pertence a Abunã. E lá, Angélica, ela falou em 36, mas eu estive segunda-feira numa reunião com a comunidade, à tarde, e lá nós já temos quase duzentos alunos, têm cento e oitenta e seis que não têm acesso ao Ensino Médio, eles não estão retidos no Ensino Fundamental. Eles não estão conseguindo ir para o Ensino Médio porque, são 60 quilômetros até chegar à área urbana do distrito de Abunã e se eles forem para lá, eles chegam, em média, saindo da escola, com os problemas que tem, porque é uma área de acampamento, de assentamento, o Assentamento Taquara, eles chegam uma e meia, duas horas da manhã. Então, quer dizer, não tem possibilidade de estudar. Eles não estão tendo acesso. Agora, nós recebemos a informação, depois de três anos de luta, parece-me que teremos lá, agora, essa educação a partir de agosto. Os professores já foram contratados, só falta aditivar o transporte escolar. Mas eu estou chamando a nossa atenção para dizer que aqui, em lugares próximos e outros municípios,

o nosso problema, além, do que eu tenho certeza que esse dado é real, da retenção dos alunos, do fluxo, mas nós temos esses que realmente não têm a oportunidade. Passo agora para o Rosivan, que vai falar em nome da comunidade, depois encerramos, pois o “Tuca” também quer falar. Em seguida, encerraremos a participação da comunidade e já passamos para os encaminhamentos aqui.

O SR. ROSIVAN RIBEIRO – Bom dia a todos. Quero cumprimentar a Mesa. E dizer que após todas essas conversas, e as apreciações das mesmas, muito atento. E eu que já participei de dois programas e consegui hoje estar aqui como uma pessoa formada. Participei primeiro do Projeto Ensinar a Ensinar e muitos colegas aqui participaram, participei também do PROHACAP, que muitos colegas aqui participaram e após a explanação aqui do EMITEC eu pude perceber o quanto nós estamos deixando a educação a desejar. Primeiro, a minha preocupação maior, e eu aprecio o Programa, aprecio muito, eu espero que venha a acontecer e a dar certo, a minha preocupação, a única pergunta que eu tenho a fazer em relação ao Programa é no campo. Como é que as telessalas vão fazer para suprir a necessidade de emprego de educadores, na zona rural? Por exemplo, um educador da cidade vai poder trabalhar aqui na cidade, sendo um professor lá do distrito de São Carlos, por exemplo, de Calama, de Demarcação, não é isso? Só que com isso, eu, por exemplo, já trabalhei seis anos no Ensino Médio, com Química e não sou formado em Química, o Estado nunca fez investimento nenhum em mim. O Estado nunca me deu investimento nenhum. Trabalhei três anos no Estado com Biologia e o Estado nunca deu investimento nenhum em mim, o município deu. Hoje eu sou Pedagogo porque o município me deu condições. Sou Psicopedagogo porque o município me deu condições, o Estado não me deu. Inclusive eu era um professor emergencial do Estado. Então, o que eu compreendo do EMITEC é que as comunidades ainda precisam entender melhor o Programa, não é isso? Então, para que ele venha a acontecer, eu creio que a Secretaria de Educação, o Estado precisam ir realmente às comunidades explicar o que é o programa, porque o principal interessado são aquelas pessoas que se encontram lá no campo, essas são as principais interessadas. Então acontece agora a audiência, mas que não esqueçamos de levar para as comunidades como é que o programa vai acontecer. Por exemplo, moro num distrito que hoje temos o Ensino Médio, mas ele é um Ensino Médio terceirizado, ele não é nosso, é patrimônio aqui do Major Guapindaia, por quê? Por que lá o município é que cede o prédio ainda e lá não tem aluno retido do Ensino Fundamental, não tem, tem aluno do Ensino Médio sem condições de cursar o Ensino Médio, a realidade é essa, assim como é a realidade de Nazaré, assim como é a realidade de Calama, e eu conheço muito bem a realidade do Distrito do interior, de alguns Distritos da Ponta do Abunã conheço muito bem, eu conheço o Distrito de Extrema, conheço o Distrito de Abunã e a realidade do Ensino Médio para a gente é totalmente desigual, não se observa no Ensino Médio a condição, não se observa a cultura, a qualidade de

vida, não está sendo observado, não pelo governo que está, mas, por muitos outros que passaram, por muitos outros, eu sou prova disso há 41 anos. Eu convivo, por exemplo, com comunidades que a gente não consegue perceber uma evolução da educação em relação ao Ensino Médio. O município já deu passos curtos, curtíssimos, mas o Ensino Médio deu passos talvez nenhum. Então, a minha pergunta aqui é só essa, como é que ficará a situação dos profissionais que trabalham lá no Ensino Médio com a implantação do EMITEC? Muito obrigado.

A SRA. EPIFÂNIA BARBOSA (Presidente) – Obrigada Rosivan. Dizer para o Rosivan que a gente fica muito feliz em vê-lo aqui novamente falando, você que há pouco tempo teve um derrame, a gente pode vivenciar, visitá-lo e ver como você estava e hoje lhe ver aqui me emociona muito. Parabéns pela recuperação.

O SR. ROSIVAN RIBEIRO – Só quero muito agradecer a vocês duas, a Fátima e a Epifânia, a gente já tem um longo processo, muito obrigado viu.

A SRA. EPIFÂNIA BARBOSA (Presidente) – Uma estrada. Parabéns, Rosivan. Convidar o Tuca, também para finalizar a participação das comunidades e em seguida passaremos para a Mesa.

O SR. JOÃO BATISTA RIBEIRO (Tuca) – Bom dia a todos, bom dia a Mesa, em nome da Deputada Epifânia agradecer o convite. Também dizer que está de parabéns, o seu gabinete, todas às vezes que procuramos as meninas, os rapazes que ali trabalham sempre nos atenderam bem o Vale do Anari. Estou aqui, para contar um pouco também da minha história e defender esse programa EMITEC no nosso estado de Rondônia. Sei que enfrentamos dificuldades na educação do nosso Estado, enfrentamos dificuldades, mas cada município tem a sua realidade por isso que eu quero contar um pouco da nossa história, como a Nicássia que é do meu município já contou um pouco, em nome da Nicássia quero agradecer todas as pessoas, professores, diretor da escola, supervisores que nos acompanharam, Vereadores Antônio, são dois Antônio. Enfim, dizer para vocês que até 2006, professora Angélica, eu não tinha concluído o Ensino Médio por essa mesma dificuldade, sou produtor rural e me mudei em 2007 para a cidade de Vale do Anari, fui morar na zona urbana, e aí sim com toda dificuldade que o Estado oferece o Ensino Médio no nosso município, a falta de professor que vem se arrastando há muitos anos, eu consegui concluir o Ensino Médio em 2009 com muito esforço meu, de minha família e também daqueles professores que são guerreiros no nosso Município. Só para dizer para a senhora, conhecemos um pouco da nossa realidade, até hoje enfrentamos esse problema, a nossa escola antes da paralisação que está acontecendo no Estado agora ainda não tinha aula, não teve aula de física e biologia na escola estadual de Vale do Anari, então são dificuldades que os companheiros colocaram aqui, mas vejo que o programa EMITEC para alguns

municípios, algumas localidades vai ser muito útil. Agora que vai ter desafios, sem dúvidas que vai ter desafios, falta de professor? Nós vamos enfrentar uma dificuldade gravíssima no nosso município, por exemplo, que é a energia, nós temos problema de energia lá em Vale do Anari, como tem em Machadinho, tem companheiros nossos de Machadinho aqui, que são ainda termelétricas, energia gerada por motores e que falta e na hora da aula falta energia lá, então vai ter essa dificuldade, vamos enfrentar dificuldade, agora são gargalos que nós vamos ter que superar, porque digo isso? A Nicássia mora a mais de sessenta quilômetros da escola estadual. Em Vale do Anari temos uma escola estadual que oferece o Ensino Médio à noite, e aí a noite tem condições da pessoa andar sessenta quilômetros ou até mais para vir a escola, que hora que ele vai dormir? Se ele tem que levantar cedo para tirar leite, para colher café. Então são realidades, cada município tem a sua. E nós temos ainda seis escolas pólos municipais no nosso município e a Escola Darci Ribeiro Municipal, que o Diretor Sandro está junto com a gente acompanhando, também que oferece o Ensino Fundamental, e essas escolas que estão bem localizadas nos assentamentos, na área rural talvez ajudasse com uma parceria com a administração para estar oferecendo essas salas, e fora o que o governo gasta no nosso Município para trazer esses alunos no ônibus, alguns que saem a quarenta, cinquenta quilômetros para chegar até a escola para ter o Ensino Médio na cidade, então quer dizer, nós vamos também economizar nesse transporte escolar, então tem que ser uma coisa bem pensada, um projeto, nós não podemos ter pressa, também por questões políticas para colocar isso para andar rápido e já entrar com muitas dificuldades, com muitos problemas que entraram outros programas e aí parar no meio do caminho. Acreditamos e queremos que esse programa venha para o nosso Estado, mas que seja colocado realmente em funcionamento com prioridade, com muita discussão para oferecer realmente um ensino de qualidade que chegue até nossos alunos da área rural, inclusive, em Vale do Anari, como eu conheço outros municípios também que tem dificuldade, eu acho que o programa é muito bem vindo. Agradecer a Deputada por estar puxando essa audiência, a professora Angélica representando o Governo do Estado, um governo que vem atravessando por dificuldades na educação, mas nós queremos melhorar a educação não só no meu Município como no nosso Estado, que nós vivemos aqui e é aqui que nós pretendemos viver e continuar vivendo com nossas famílias e vamos juntos lutar por melhorias no nosso Estado. Muito obrigado.

A SRA. EPIFÂNIA BARBOSA (Presidente) – Obrigada Tuca. Eu vou agora passar para o prefeito de Costa Marques, que aqui está representando os demais prefeitos, para fazer as suas considerações.

O SR. CHICO TERRITÓRIO – Quero agradecer primeiramente a Deus e saudar aqui a Mesa na pessoa da professora e Deputada Epifânia, agradecer esse convite de participar dessa Audiência Pública, também saudar toda a Mesa, saudar os

vereadores que se encontram aqui na pessoa da Fatinha, e dizer a professora que representa o Estado de Rondônia na pessoa da professora Angélica e também a nossa companheira que veio lá da Bahia trazendo esse Programa para oferecer mais uma oportunidade de um ensino de qualidade ao nosso Estado de Rondônia; ao nosso Professor João, e ao nosso Secretário de Educação de São Miguel do Guaporé, e agradecer a todas as famílias que estão aqui representando. Essa Audiência Pública, ela é de grande importância para nós lá que somos município de fronteira, o Amazonas não é diferente daqui de Rondônia, as dificuldades tanto na zona rural como na zona ribeirinha é muito grande só que nós políticos, nós somos eleitos para representar o povo e esse povo espera de nós, e nós nunca vamos fazer nada sozinho, vamos fazer junto com o Governo Federal, com o Governo do Estado e nós prefeitos, nós colocamos Secretários para que eles façam a técnica e nós iremos buscar a política. Quero agradecer a todos e muito obrigado.

A SRA. EPIFÂNIA BARBOSA (Presidente) – Obrigada Prefeito. Convidar agora a Vereadora Fatinha, também para fazer suas considerações e algum encaminhamento.

A SRA. FATINHA – Bom dia a todos. Inicialmente, quero parabenizar a Deputada Epifânia Barbosa, pela propositura e em nome dela parabenizar a presença aqui de todas as autoridades da Mesa. Para ser mais breve em função do tempo, também quero agradecer a presença de algumas pessoas importantes neste debate, deputada Epifânia; que são os nossos colegas professores e professoras em especial aqui da área rural de Porto Velho, onde milito e você também Nézia, que é nossa companheira há muitos anos. O Vaguinete, o Soliel, a Linda, o Edson, o Jacaré aqui de Vista Alegre, professor João Jorge, que é Diretor aqui da área urbana. Então pessoas que estão na ponta desenvolvendo as ações lá nas nossas escolas em especial as escolas da área rural que é aonde eu vou especialmente reforçar aqui a minha fala. O município de Porto Velho é do conhecimento de todos que tem uma área rural extremamente extensa, nós temos aproximadamente 180 quilômetros de áreas ribeirinhas e 350 quilômetros de área terrestre da BR-364 e para que as políticas públicas cheguem a essas pessoas é muito difícil o acesso às políticas nessa região. Ontem mesmo, eu estava no distrito de Extrema, e uma das discussões, Jacaré, naquela região é a educação em especial o acesso do aluno a escola. Na área ribeirinha, na área rural, eu tenho conhecimento posso dizer, profundamente, das dificuldades dos nossos alunos. Nós iniciamos um projeto em 2005 com a gestão da Professora Epifânia, que foi na área ribeirinha, um Projeto chamado, “Ribeirinho”, porque os nossos alunos da área rural de Porto Velho especialmente das comunidades ribeirinhas não tinham acesso ao Ensino Fundamental do 6º ao 9º ano. Essa foi a primeira ação que a SEMED tomou na gestão do Partido dos Trabalhadores em 2005, porém, após o término da conclusão do Ensino Fundamental aí veio um problema muito mais sério que era o

acesso ao Ensino Médio e infelizmente nesses últimos anos, eu posso denominar aqui as comunidades que tem Ensino Médio no município de Porto Velho, na área dos Distritos, nós temos um funcionamento em São Carlos, não é um prédio do Estado, é um prédio cedido pelo município de Porto Velho, nós temos um funcionamento no Distrito de Calama, com a Escola General Osório, e ao longo da BR, nós temos uma Escola em Jaci-Paraná, uma Escola em Vista Alegre, Extrema, e Nova Califórnia. As demais comunidades como Cuniã, aqui bem próximo, a Aliança, o Joana D'Arc, Papagaios, Demarcação e por aí vai, nós não temos um acesso ao Ensino Médio. E isso é inadmissível, nós não podemos mais caminhar dessa forma, o jovem termina o seu Ensino Fundamental e ele não tem acesso ao Ensino Médio para que ele possa dar continuidade a sua qualificação, a sua profissionalização. E aí Angélica, eu espero, e sei que se depender da Deputada Epifânia Barbosa, e de nós vereadoras e vereadores que estamos aqui hoje nesta Casa de Leis, e de nossos companheiros da educação, nós vamos fazer essa cobrança para que essa ação que já é um sonho, Deputada Epifânia, eu lembro que Vossa Excelência já falava, e nós tivemos oportunidade também de visitar essas experiências já comandadas por Vossa Excelência, para que nós implantássemos no município essa tecnologia, infelizmente, não conseguimos avançar, mas sendo uma propositura sua, um sonho de nosso, do povo de Rondônia em especial povo de Porto Velho, avançar nessa política que tenho plena certeza que nós temos grandes possibilidades de dar acesso ao Ensino Médio, a todas as pessoas que precisam para que possam avançar na sua profissionalização, na sua formação. Eu quero dizer que nos últimos anos, para encerrar tinha muita coisa para falar, mas penso que a gente tem que ser sintético e dizer da nossa indignação. Nos últimos anos do Governo Cassol, foi uma total inércia em relação à política de atendimento ao Ensino Médio e posso dizer até o Ensino Fundamental no nosso município, as comunidades ribeirinhas foi zero, não houve nenhum avanço na área rural para os nossos alunos nesse governo. E no atual governo do Confúcio Moura, posso dizer que as coisas estão caminhando a passos lentos, porque nós não avançamos também no atendimento a essas comunidades, como por exemplo, nós temos ainda, Adailton, você sabe disso e acabou, falando aqui, o professor Edson, em regiões aqui próximas 40 quilômetros de Porto Velho, os nossos jovens não têm uma Escola de Ensino Médio e são alunos de extensão de Escola da área urbana de Porto Velho, gente! isso é inadmissível. Então, precisamos avançar urgentemente e não é só em tecnologia, em metodologia não, nós precisamos, Deputada Epifânia, também avançar em relação aos espaços, precisamos de obras, de construções porque nossos alunos do campo também merecem ter escolas de qualidade, tanto em relação a questão pedagógica quanto também em relação aos espaços físicos e isso nós não avançamos e precisamos avançar. Então aqui cabe a Angélica, como representante do Governo do Estado levar a nossa indignação em relação a essa questão nas nossas comunidades ribeirinhas, nossas comunidades rurais, aos nossos agricultores que precisam desse atendimento em relação não só a qualidade da educação em termos pedagógicos, mas

também as questões físicas estruturais. E quero encerrar dizendo: que no início do Governo Confúcio Moura, lá em São Carlos, com todas as comunidades ribeirinhas presentes, ele afirmou que construiria uma escola naquele Distrito e até hoje nós estamos esperando e a Escola Henrique Dias não suporta mais tantos alunos que precisam chegar. E outra questão que foi dito aqui pelo nosso companheiro Tuca, que é o deslocamento dos alunos para chegar a escola. Como que um aluno que mora a 60, 70 quilômetros um aluno que precisa andar duas, três horas no rio Madeira, vem para escola à noite, minha gente, não tem condição. O Ensino Médio além de ser implantado nas comunidades rurais e ribeirinhas, isso tem que acontecer durante o dia para que o nosso aluno possa ter mais condição de estudar. Então, essa é a nossa indignação, essa é a nossa fala e desejar, professora Letícia, que esse projeto de tanto sucesso que acontece na Bahia ou outras experiências existentes no Brasil chegue ao nosso Estado e seja implantado de fato e de direito. Muito obrigada e bom dia a todos.

A SRA. EPIFÂNIA BARBOSA (Presidente) – Obrigada Fatinha. Vou passar agora para o Secretário de São Miguel que também quer fazer algumas considerações.

O SR. ISAÍAS LOPES DA SILVA TEIXEIRA – Bom dia a todos. Eu falei para a Deputada que não ia falar, mas estou sendo cobrado aqui também. Eu quero agradecer a Deputada Epifânia, pela parceria, pelo chamado que tem feito à população sobre educação, sobre essa conferência. Quero agradecer também aos companheiros que vieram de São Miguel, os Vereadores João de Paula, Valmir que também estão preocupados com a questão da educação, não só em São Miguel, mas também no nosso Estado. Eu não poderia esquecer também de dizer que a voz da Nicássia é o nosso desabafo. Nicássia, eu acho que o que você falou, acho que hoje encerraria tudo, você representou a situação que está o nosso Estado de Rondônia hoje. Quero voltar a agradecer a deputada Epifânia pela parceria que tem feito com São Miguel, está presente, o seu gabinete está a nossa disposição, ela já vem falando isso várias vezes, obrigado pela acolhida. Então, nós agradecemos imensamente de coração, o Prefeito Zenildo, eu não sei se ele está no momento aqui porque ele veio justamente para cá para participar da conferência e também para vir conversar com o Governo do Estado a respeito do nosso transporte, nós estamos, eu acho que o Estado todo está com problema de transporte escolar e São Miguel não foge a regra, está na mesma situação. Na verdade porque resolvi falar um pouquinho até para fazer uma cobrança ao Governo do Estado, se essa voz chegar até ele, olha com carinho para o nosso Estado, olha com carinho para a 429, com muito carinho para nossa região, nós de fato precisamos celebrar um convênio, o transporte escolar, hoje se eu não falasse os empresários iam até me cobrar muito hoje lá na nossa cidade. Eu peço hoje ao Governador que olhe com bastante carinho. O Prefeito veio hoje conseguir na SEDUC, no setor de convênios, ver se consegue pelo menos celebrar um convênio. Então, obrigada Deputada.

A SRA. EPIFÂNIA BARBOSA (Presidente) – Bem, é triste, nós estamos no mês de julho, nós vamos assinar convênio do transporte. Passar aqui para o Ramão agora também para fazer suas considerações e os encaminhamentos.

O SR. JOÃO RAMÃO – Bom dia a todos, quase boa tarde, agradecer a Deputada Epifânia, dizer que a gente tem se encontrado nas Conferências Municipais, várias vezes em alguns municípios, com seus assessores. Sem muitas delongas, eu quero colocar algumas experiências, ou talvez a falta delas. Um dia desses, eu assisti uma palestra de um professor e no início eu fiquei bastante, até revoltado e depois digerindo melhor a fala dele, concluí algumas coisas interessantes. Ele colocava quatro fotos para falar de educação, colocava uma foto de um Centro Cirúrgico do século XIX, e em seguida ele colocava uma foto de um Centro Cirúrgico da atualidade. Ele dizia: “imagina se nós pudéssemos congelar um médico, um cirurgião no século XIX e ele pudesse ser despertado aqui, no século XXI dentro dessa sala de cirurgia, qual seria a atitude desse cirurgião”? Provavelmente ele não saberia fazer nada, porque tudo seria novidade para ele. A mesma coisa ele fez com a educação, ele colocou uma foto de uma sala de aula do século XIX e em seguida uma foto de uma sala de aula atual e ele disse a mesma coisa: Imagina se nós congelássemos um professor no século XIX e ele pudesse ser despertado agora no século XXI nessa sala de aula. Provavelmente ele diria para os alunos: onde foi que nós paramos, vamos continuar nossa aula. Porque praticamente uma sala de aula do século XIX é a mesma atual. É bem verdade, que a gente não pode se fechar as tecnologias, mas eu não posso aceitar que a tecnologia tenha a única função de substituir o professor, porque esse professor desvalorizado como está, não quer mais ser professor ou não há mais candidatos a professores. Eu acho que não pode ser esta a única função da tecnologia. Outra coisa que eu quero colocar, é que nós temos, nós estamos vivendo um processo de aprendizagem democrática, acho que basicamente é isso e não temos muito a cultura dessa participação popular, dessa discussão com as pessoas, desse debate, a maioria dos debates, eu diria que quase todos os debates em torno da educação têm sido chamados pela professora e Deputada Epifânia, em alguns momentos pelo Conselho Estadual de Educação, fora disso, a gente às vezes é pego de surpresa com alguns projetos, com alguns programas e assim por diante. Eu acho que esse aprendizado tem que se dar rapidamente na SEDUC, eu acho que a SEDUC, eu não sei estão todos informados, mas esse não é um projeto que está em discussão para possivelmente ser implantado. Esse é um projeto já apresentado pela Secretaria de Estado da Educação, já aprovado no Conselho e com data para ser implantado e só agora estamos discutindo um projeto que a meu ver não tem tanta coisa a mais a ser discutida, até por que ele já está em fase, inclusive, de licitação, de aquisição e etc. e tal. Da mesma forma, isso não quer dizer, eu não estou emitindo aqui um juízo de valor sobre o projeto, muito pelo contrário, acho o projeto excelente, a Angélica sabe disso, nós tivemos inúmeras conversas, eu fui o relator desse processo, desse projeto no Conselho Estadual de

Educação, mas acho e aí parafraseando uma fala do Saint-Exupéry que é o autor do Pequeno Príncipe que diz: “tu se tornas eternamente responsável pelo que cativas”. Acho que sentimos muito mais responsável quando participamos da construção das coisas, quando somos consultados para os projetos, quando somos ouvidos, quando as pessoas interessadas são ouvidas, não depois que o projeto já está sendo praticamente implantado, mas na construção do projeto, quando se pensa no projeto, vamos pensar juntos, acho que nós temos, eu acho não, eu tenho certeza disso, que nós temos a capacidade de estar pensando e até de colaborar, para que depois, no transcorrer da implementação, não precise ficar consertando aqui, consertando ali e talvez tenha menos erros para consertar se nos construirmos coletivamente as coisas. Eu acho que isso é uma lição, esta é uma lição que a SEDUC precisa urgentemente aprender, até por que já estamos com outro processo, que eu não sei se por sorte ou por azar acaba caindo na minha mão lá no Conselho, que é um Projeto de Correção de Fluxo, do Fluxo Escolar que é um convênio com a Fundação Roberto Marinho. Estou falando aqui porque esse projeto já está acontecendo nas escolas e só agora o projeto está sendo analisado pelo Conselho de Educação, que eu não sei exatamente qual é a função do Conselho de Educação em relação ao Projeto de Correção do Fluxo Escolar, se o projeto já está acontecendo nas escolas. Então, penso, e quero chamar atenção para isso, nós temos instâncias, nós temos espaços onde podemos e devemos discutir educação e acho que a SEDUC precisa, vou repetir, urgentemente, aprender essa lição democrática que é da construção coletiva e de uma gestão realmente democrática. Quando falamos em gestão democrática pensamos logo em eleição de diretor, mas não é só isso, a SEDUC também precisa ter atitudes democráticas e construir as coisas coletivamente, até para diminuir os problemas que ela mesma vai ter lá adiante se ela assim não o fizer. Muito obrigado. Essa é a minha fala.

A SRA. EPIFÂNIA BARBOSA (Presidente) – Obrigada Ramão. Vou passar agora para professora Letícia, nossa convidada também para fazer as suas considerações e acho que podia ir também já responder o ponto do Rosivan.

A SRA. LETÍCIA MACHADO – Bom, gente, mais uma vez gostaria de agradecer pela forma com que foi recebida com muito carinho, com muito cuidado pela população e especialmente pela professora Epifânia. Hoje é um dia muito especial para nós baianos, é o dia da Independência da Bahia, hoje lá está sendo feriado com desfile e muita comemoração. Eu espero retornar aqui a Rondônia em um próximo momento para visitar o projeto, coloco-me mais uma vez professora, Deputada, à disposição do Estado para auxiliar no que for preciso. Muito obrigada. Quanto a professor Rosivan, a preocupação dele em substituição do professor pela tecnologia, esse é um medo de todo mundo, inclusive, era um medo meu quando comecei a trabalhar com tecnologia. Mas a tecnologia, ela está aí para nos acompanhar e nos ajudar e não para substituir, eu falo de cadeira. Os professores, eles passam a

ter novas competências, novos fazeres dentro desse trabalho. Quando eu falei e apresentei o EMITEC, nós temos três tipos de professores; um professor virou conferencista, um professor especialista e o professor mediador, tudo, eles funcionam e trabalham de acordo com o seu perfil, nem todo professor tem habilidades comunicacionais muito desenvolvidas para está trabalhando junto ao vídeo, mas têm uns que tem, outros não e aí nós vamos trabalhando e nos adequando a essas novas necessidades contemporâneas.

A SRA. EPIFÂNIA BARBOSA (Presidente) – Aí Rosivan, aonde funciona, se lá em São Carlos está funcionando direitinho, têm todas as disciplinas, vocês só terão uma capacitação maior na questão da tecnologia, mas ninguém vai substituir, na verdade é uma alternativa para levar onde as pessoas realmente não estão tendo acesso. Agora eu vou passar para a professora Angélica também, que eu queria até pedir perdão que além de estar aqui com Subgerente da Secretaria de Educação aqui também nesse ato representa a Secretária de Estado, a professora Isabel Luz, que não está presente neste ato. Vou passar aqui, eu sempre confundo, eu falei para Angélica que eu tenho um problema grave, eu sai do município e vim para o Estado e tenho dificuldades com as nomenclaturas, porque lá nós temos chefia e diretoria, aqui é gerente, subgerente, é um tal CDS e às vezes eu ainda me confundo, eu vou falar no Estado, daqui a pouco eu estou falando com as nomenclaturas do município, mas é nossa Subgerente de Educação do Estado aqui, a Angélica.

A SRA. MARIA ANGÉLICA AIRES – Bom, rapidamente eu vou fazer as minhas considerações. Foi dito, me parece pelo Prefeito do Vale do Anari! O Representante da comunidade, desculpa. Então, a preocupação dele em relação à eletricidade, energia elétrica, compõe o kit gerador, então esses lugares que ainda existe essa dificuldade vão ser servidos com geradores próprios para garantir de fato que o projeto seja interrompido o mínimo possível. Então, nós já temos em relação a todo o material necessário a questão dos geradores. Em relação à consideração do João Ramão, nós quando estivemos no Amazonas, conhecemos o projeto, imediatamente tivemos o interesse de elaborar o Projeto Pedagógico para apreciação e análise do Conselho Estadual de Educação. Porque no nosso entendimento, era muito importante um parecer do Conselho Estadual de Educação para que depois nós puxássemos uma discussão em relação a esse modelo de atendimento. Então, nós mandamos o projeto, enviamos o projeto em junho de 2012 e me parece que no mês passado nós tivemos então a informação que o projeto já teria sido analisado e aprovado pelo Conselho Estadual e a intenção era que nós pudéssemos a partir daí promover uma discussão, um debate, alguém também disse: olha, as comunidades precisam ser informadas, orientadas. Obviamente, ninguém vai implantar um projeto desses sem uma orientação, uma divulgação, tirando todas as dúvidas, mostrando experiências como a da Bahia, como a do Amazonas, como a de outros Estados que também já estão investindo nesse modelo de atendimento, no Amazonas, ele

começou como um projeto para o Ensino Médio, hoje ele já é um programa, inclusive atende Ensino Fundamental e educação de jovens e adultos. Então, não era nossa intenção, mas é muito válido que o João Ramão coloca, nós vamos estar, tudo que foi dito aqui nós vamos está levando de fato ao conhecimento da nossa Secretária, a Professora Isabel que hoje não pode estar presente e vamos, lógico, está considerando tudo que foi dito. Mas João, a nossa intenção era ter primeiro o aval do Conselho para depois puxar a discussão, porque no nosso entendimento seria colocar o carro na frente dos bois, se nós fizéssemos uma discussão e depois nós fossemos consultar o nosso Conselho Estadual de Educação. Então, a intenção foi essa, mas em boa hora a Deputada promove esse momento e com certeza promoverá outros não é Deputada? Porque o interesse, os nossos objetivos são comuns, eu louvo a Deus que a Assembleia tenha uma representante da categoria que representa de fato a categoria, que é uma professora, em alguns momentos o nosso Legislativo não teve essa representatividade da nossa categoria, isso foi muito prejudicial, assim também eu falo em relação à Câmara Municipal de Porto Velho, ainda bem que nós temos professores, nós costumamos dizer que professor não vota em professor, isso é um erro, nós temos que votar sim, nós temos que ter representantes da categoria no nosso Legislativo para que discussões como essas sempre possam está sendo comentadas e provocadas. Então, eu penso que essa não é a primeira e não será a única, nós vamos discutir muito mais sobre esse projeto e dizer de tudo que foi dito, das falhas, das deficiências que conhecemos, sabemos que são inúmeras, mas faço uma defesa em relação à administração atual. Nós não temos como em dois, três anos resgatar dificuldades, deficiências ou descasos de anos e décadas, nós estamos tentando fazer, fazer a diferença, não é fácil, mas eu aponte algumas conquistas que nós já tivemos em relação ao Ensino Médio que são reais, o Governador é preocupadíssimo com a educação do campo, nós sabemos que 27% da nossa população moram na área rural, existe uma presença muito significativa da área rural nos nossos municípios e o que eu tenho acompanhado é de fato uma preocupação em relação da educação do campo, tanto que implantamos a Escola de Abaitará em Pimenta Bueno com o Curso de Agroecologia que hoje já está atendendo 120 alunos, as EFAS então, nós temos uma Lei que apóia as Escolas Guaporé de Educação do Campo, que a Lei num primeiro momento previa trezentos reais por aluno para apoiar as Escolas Família Agrícolas, que são escolas que nós temos a maior consideração, temos referências, são escolas de resultados. Então, nós não podemos manter os trezentos reais por aluno para apoiar as Escolas Família Agrícola, mas ficou em cem reais e o convênio já está firmado, enfim, a documentação já tramitou e nós vamos poder dar esse apoio para essas escolas que atendem o campo tão bem e que há muitos anos estão aí lutando para ter um apoio do Governo. Então assim, as falhas ainda são muitas, nós temos pleno conhecimento, mas também nós não podemos em dois, três anos dar conta de um descaso de décadas, mas vamos caminhar, vamos fazer o possível e eu tenho certeza

que com a implantação do projeto, com mediação tecnológica, nós vamos avançar muito na melhoria. Porque, gente, o acesso é realmente como foi dito aqui, a gente sabe, tem muito alunos retidos, tem muitos alunos que não tem acesso e o acesso é muito importante. Mas a permanência, ela tem que ser com sucesso, a permanência do aluno tem que ser com sucesso, porque nós não podemos produzir analfabetos funcionais. O aluno tem que sair do Ensino Médio do campo preparado para que ele possa de fato realizar os seus projetos pessoais de vida. Para que ele possa de fato prosseguir nos estudos, ingressar no mercado de trabalho, ou, enfim, estar tendo condições de realizar os seus projetos. Só vou fazer um aparte, que eu estive na Secretaria Profissional e Tecnológica do MEC, conversando sobre esse projeto e o Secretário sinalizou que havendo, sendo disponibilizados os equipamentos, nós podemos oferecer a Educação Profissional Técnica no modelo Subsequente utilizando a rede ETEC. E isso é maravilhoso, imagina o nosso aluno do Ensino Médio ao concluir, ele vai ter oportunidade de ter acesso à Educação Profissional Técnica, vamos nos servir da rede ETEC. Mas isso vai ampliar e muito as oportunidades dos nossos alunos no campo em relação a uma habilitação profissional técnica. Muito obrigada a todos, eu acho que essa é a primeira, mas não será a única discussão em relação a esse projeto, em relação a outras temáticas tão importantes da educação.

A SRA. EPIFÂNIA BARBOSA (Presidente) – Obrigada Angélica. Eu queria também de uma maneira breve, eu juro que vou tentar fazer umas considerações. Angélica, nessa visita que nós fizemos no Amazonas, tivemos uma conversa com o Coordenador e com o Secretário de Estado e lá no meio da conversa surgiu uma ideia que foi acatada plenamente. Seria na dificuldade do investimento inicial para implantar esse programa aqui no Estado, que segundo, eles me informaram, se for para universalizar esse atendimento, seria um investimento em torno de trinta milhões de reais. Falamos trinta milhões, aparentemente todo mundo vai dizer: nossa é muito! Mas sabemos que para um investimento para você garantir o acesso e a permanência de trinta milhões, não chega ser algo tão relevante em termos financeiros para a Secretaria de Estado da Educação, a gente sabe disso. Só esse de correção de fluxo, houve um investimento de trinta e quatro milhões para um programa de dois anos. Esse não, você fará uma aquisição, vai disponibilizar para as várias unidades educacionais e você imediatamente consegue abranger, ter um universo muito maior. E o Secretário de Estado, ele concordou, ele disse que caso o estado de Rondônia queira fazer uma parceria com eles, eles disponibilizam o Centro de Mídia deles. Porque, quando vocês viram a apresentação da Letícia, tem toda uma parte que é esse Centro de Mídia, que são estúdios por séries; tem o professor ministrante que é o professor titular, que tem que ter toda a formação acadêmica para a disciplina e tem a questão da antena. Então este Centro de Mídia pode ser disponibilizado do Estado de Rondônia e a SEDUC, ela iria comprar os kits para as nossas unidades, que sai em torno de cinco até sete mil

reais, que é a TV, a antena local e a webcam, para ter o diálogo, à interação. Então isso seria possível de imediato, precisaria só esse contato político, essa vontade. Por que se o Estado do Amazonas atende municípios que muitas vezes é mais distante do que chegar aqui em Porto Velho, e a gente sabe disso, porque a gente tem aqui em Porto Velho o município de Humaitá que é mais próximo de Porto Velho e mais distante do Amazonas. Da mesma forma, o Amazonas em relação alguns municípios para atendimentos, do que até nós mesmos. Então tem essa possibilidade em termos de agilizar sem todo esse outro procedimento. Eu estou trazendo esta situação para cá, e eu vou discordar só um pouquinho do Adailton e do Rivelino, quando eles colocam que nós temos ainda muitos problemas, nós temos mesmo muitos problemas ainda a serem enfrentados com a implantação de alguns programas aqui no Estado. Mas nós também, eu vou falar de cadeira, porque eu estou há vinte anos nessa trajetória, eu acho que eu nunca deixei, eu vou falar por baixo, eu acho que eu nunca passei um mês sem ir numa comunidade rural. Eu fui muito mais do que isso, se a gente for dividir essa situação. E o que quê acontece? Os problemas que nós temos há pelo menos vinte anos que eu acompanho, são os mesmos. E não conseguimos avançar, a gente está aplicando às vezes o mesmo recurso, no mesmo indivíduo várias vezes. Ou então as pessoas não estão tendo acesso e não conseguimos resolver, é aquilo que a Nicássia relatou. A área de assentamento é muito pior, porque a qualquer momento os que estão em áreas (que dizem que não são regularizadas), a qualquer momento eles podem sair de lá. Nem o Fundamental com dificuldade que eles têm, eles vão continuar a ter. Então é assim, precisamos de algumas alternativas que agente já considera que já temos essas avaliações que são bem sucedidas, e nós jamais iríamos pactuar com algum projeto que não traria um resultado, um benefício, como esse. É por isso que eu fiz questão de conhecer pessoalmente, porque de fato pode nos auxiliar, em resolver esse problema, aonde funciona, vai continuar funcionando, se for possível implementar num modelo que se tem hoje com as turmas direitinho, com os professores, implementa-se. Agora tem locais, gente, que não adianta a gente ficar patinando, nós não vamos conseguir resolver com esse modelo que temos há tantos anos. Semana retrasada eu estive nas comunidades ribeirinhas, uma comunidade chamada Terra Firme, que é logo depois de Nazaré. Lá quando seca, e os meninos aqui do Baixo Madeira sabem, quando seca, fecha ali o rio, e eles estavam me relatando, me mostraram lá o pé de uma criança, que queimou na areia. Porque entrou, o pé dela prendeu, queimou, e não adianta nem dar bicicleta, porque ela não vai transitar. Essas crianças durante seis meses, eles têm que ficar em Terra Firme, que é o nome da comunidade deles, na comunidade, não tem como sair. Então nós temos que ofertar esse tipo de educação para estas comunidades e para outras como é o caso da Nicássia, o caso da Nicássia nós tivemos um problema político. Foi assegurado o recurso, foi construída a escola, mas como era emenda, foi destinada a uma comunidade onde o político tinha mais proximidade. E não

onde a comunidade precisava mais, na região onde de fato estava localizada a comunidade. Então a gente tem algumas situações que nós precisamos encaminhar, onde estiver funcionando, Adailton vai continuar funcionando, se tivermos problemas, tem que trabalhar para resolver os problemas. Agora esses outros, nós não vamos conseguir, vocês me perdoem se alguém tiver outra ideia, outra proposta, conhecer outra experiência, que traga para a gente debater. Mas por toda essa caminhada que a gente tem vivenciado aí, em vários campos, eu era centrada aqui em Porto Velho, e já tinha essa angústia, como a Fatinha relatou. Mas andando o Estado eu pensava que o problema era maior em Porto Velho. Mas andando esse Estado todo, e andando bem, a gente começa a ver e a gente só sente quando vai lá mesmo, a gente vê como está sendo difícil, como é dolorido a gente saber que tem um cidadão, uma pessoa igual a gente que sequer tem uma condição mínima de ter acesso, pelo menos ao Ensino Médio. Me preocupava, como eu falei antes, muito com a educação infantil e com o Ensino Fundamental. Mas depois que termina o Ensino Fundamental não consegue e sabemos hoje, sem pelo menos o Ensino Superior, nós não vamos conseguir nada. É aquilo que o Rosivan falou: “vai nos servir para quê?” Vai gerar trabalho? Se a gente pelo menos terminar o Ensino Médio com qualidade, nós vamos chegar ao Ensino Superior e nós vamos ter a esperança de ter as condições de trabalho, de ter uma vida produtiva. Sem assegurarmos pelo menos a educação, não tem como pensar numa vida produtiva, como prevê aqui o documento da Comissão de Educação. E aí colocamos Angélica, se for necessário esse contato também com o Secretário do Amazonas, o que a gente puder fazer para viabilizar, eu quero acreditar aqui que a maioria das pessoas concordarem com esse encaminhamento da gente implantar esse programa, respeitando onde já existe, tentando resolver os problemas locais, penso que é uma boa alternativa. Eu queria aqui dizer, agradecer muito a presença de todos vocês; a presença dos educadores, eu estou vendo aqui Diretores de Escolas Urbanas; o pessoal da SEDUC; os Técnicos que acompanham; o pessoal das comunidades; assentamentos; comunidades ribeirinhas. Mas eu queria aqui fazer também um destaque especial aos Vereadores que estão presentes. Porque que eu quero fazer um destaque especial? Porque durante muito tempo, isso que a Angélica falou, sempre me angustiava muito, quando eu era Secretária de Educação me angustiava muito com os Vereadores, porque as pessoas iam lá, procuravam o Prefeito, iam a SEMED, geralmente, Ramão, eles estavam em busca da questão da infraestrutura, do asfalto, do posto de saúde, que é importante, é relevante, a gente precisa, mas poucos eram aqueles que se preocupavam com a educação. Durante a campanha todo mundo fala, mas na hora mesmo de vivenciar, eram poucos. E assim, eu estou tendo a felicidade de ir aos municípios, aonde eu vou eu converso com Vereadores, nós os chamamos para o debate, e hoje nós temos aqui uma grande representatividade de Vereadores, tem dois, três por município e eu tenho certeza que isso é algo que eles também estão sendo cobrados, porque a população passa também a cobrar mais isso e muitas vezes eles não têm subsídio nenhum, não tem nenhuma informação, não sabem quais são os debates

que estão acontecendo. E ter a presença deles aqui, para mim hoje, como os presidentes dos sindicatos aqui, o Leomar que é Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, já foi Vereador lá em Machadinho, sabe como às vezes é difícil ter acesso à informação. A presença deles aqui hoje, para mim realmente demonstra esse interesse que nós podemos avançar, porque são eles que vão aprovar qualquer Projeto. Então vou aqui frisar a presença da Vereadora Fatinha; da Teresa, que é lá de Monte Negro; da Márcia que também é de Monte Negro; o Márcio que é de Monte Negro, só de Monte Negro nós temos quatro aqui; José Antônio também de Monte Negro; Vereador Marco Antônio de Cacaulândia; Vereadora Ana Paula, de Cacaulândia, que está ali conosco; o Vereador Nidi, de Buritis; o Derjesus, de Itapuã, é o Aparecido, o Cidinho lá de Itapuã que é o Derjesus; o Valceni Dore de Cujubim; o Antônio Pereira, que é de Cacaulândia; o Anderson, que é de Alto Alegre; o Jailton, que também é de Alto Alegre dos Parecis; o Everaldo Falcão, que é de Cacaulândia; a Andely, que é de Cacaulândia, lá em Cacaulândia nós temos quatro Vereadores ligados à Educação e o nosso Presidente da Câmara também está aqui conosco, os dois Antônio do Vale do Anari, o Antônio Ruela, o quarto mandato como Vereador; o Antônio Dias de Carvalho; o Antônio do Ônibus, que é ligado à Educação também. E os nossos Prefeitos que estão acompanhando aqui desde o começo, o senhor Edimar lá de Cacaulândia e o Chico Território também que acompanha o debate. Eu chamo a atenção para a nossa representação política, de fato, porque são pessoas que vão estar junto com o povo e tem que defender as questões da educação senão nós vamos ficar aqui falando para nós mesmos. E só para encerrar, eu estou vendo o Nereu aqui, hoje à tarde, às 17 horas, nós temos, se Deus quiser, nossa última rodada de negociação do SINTERO com a SEDUC. Nós estaremos lá já tentando finalizar uma proposta. Dizer que já, antecipar que a Assembleia Legislativa contribuirá financeiramente para chegar ao reajuste, na ordem de quatro milhões de reais, o impacto é de quatorze milhões, para conceder os 7.95% do piso salarial que a categoria quer. Nós estaremos remanejando aqui de recursos de obras, quatro milhões para ajudar o governo do Estado a viabilizar o restante do recurso, vai ficar só dez milhões, eu digo só porque é muito pouco, Ramão, para nós tentarmos resolver essa situação da greve do Estado, porque eu tenho certeza que nem o trabalhador quer, nem o gestor quer e os alunos precisam de nós todos lá na ponta. Então, sucesso a todos nós e assim que nós estivermos agora, encaminhando, finalizando esse Projeto, nós convocamos novamente todos para o debate. Esperamos que vocês possam chegar lá na ponta e socializar esse Projeto e nós aqui estamos todos à disposição para esclarecer qualquer ponto. E nada mais havendo a tratar, invocando a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, declaro encerrada a presente Audiência Pública, convidando a todos para um coquetel que será servido no salão nobre da Assembleia. E mais uma vez muito obrigada, Letícia, por ter vindo de fora aqui conosco. Obrigada.

(Encerra-se esta Sessão às 12 horas e 48 minutos).

SUP. DE COMPRAS E LICITAÇÕES

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 016/2013/ALE-RO

PROCESSO N.º 00000604/2013-97

PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2013/ALE/RO

CONTRATADA: R.B MONTEIRO LTDA - EPP

DO OBJETO – CLÁUSULA PRIMEIRA –

A presente Ata tem por objetivo o **Registro de Preços** para eventual aquisição de produtos alimentícios, para atender a demanda da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia Legislativa de Rondônia em consonância com o **PREGÃO PRESENCIAL nº 009/2013/ALE/RO** e Proposta da **DETENTORA**, os quais independentemente de transcrição, fazem parte deste instrumento, naquilo que não o contrarie.

Empresa Detentora

EMPRESA:	R. B. MONTEIRO LTDA - EPP
CNPJ:	08.786.974/0001-54
ENDEREÇO:	Rua Salgado Filho, nº 1861 – Bairro Nossa Senhora das Graças CEP 76.804-118
TELEFONE:	(69)3229-1949 / 8111-6246
PESSOA PARA CONTATO:	RONIE BRAGA MONTEIRO
EMAIL:	licitacoes02@rbmonteiro.com.br

	ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT	UND	MARCA	VLR UNIT	VLR TOTAL
LOTE 01	1	AÇUCAR REFINADO, PACOTE COM 01 KILO EMBALAGEM PLÁSTICA DE 1 KG.	60	PCT	União	3,71	222,60
	2	ADOÇANTE DIETÉTICO ARTIFICIAL, BASE DE SACARINA, SICLAMATO DE SÓDIO, FRASCO DE 100ML.	20	FR	Zero Cal	3,64	72,80
	3	BICABORNATO DE SÓDIO, PACOTE PEQUENO (30GR).	80	PCT	Q. Delicia	0,56	44,80
	TOTAL DO LOTE 01=>R\$ 340,20						

	ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT	UND	MARCA	VLR UNIT	VLR TOTAL
LOTE 02	4	BARRAS DE CEREAIS, SABORES MAÇA COM AVEIA, CHOCOLATE COM CASTANHA, FRUTAS VERMELHAS, BANANA COM MEL, BRIGADEIRO, NAPOLITANO, BROWNIE, TORTINHA DE LÍMÃO. EMBALAGEM COM 03 UND..	100	PCT	Nestlé	3,37	337,00
	5	CHOCOLATE TIPO WAFER PEQUENO, BRANCO E PRETO, CAIXA COM 20 UND, 140GR.	80	CX	Nestlé	4,83	386,40
	6	GOMA DE MASCAR, SABORES HORTELA, MENTA E TUTI-FRUTI, EMBALAGEM COM 04 UNIDADES, CAIXA COM 100 UNIDADES.	100	CX	Chiclets	15,80	1.580,00
	7	AMENDOIM TIPO JAPONÊS, PCT 500G.	50	PCT	York	5,79	289,50
	TOTAL DO LOTE 02=>R\$ 2.592,90						
	ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT	UND	MARCA	VLR UNIT	VLR TOTAL

LOTE 03	ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT	UND	MARCA	VLR UNIT	VLR TOTAL
	8	BISCOITO ÁGUA E SAL, TIPO CREAM CRACKER, PACOTE COM 400GR.	80	PCT	Marilan	3,59	287,20
	9	BISCOITO PETIT CRACKER, PACOTE 400GR.	50	PCT	Fortaleza	4,10	205,00
	10	BISCOITO TIPO INTEGRAL, PACOTE 160GR.	50	PCT	Nestlé	3,65	182,50
	11	BISCOITO TIPO WAFER, SABORES CHOCOLATE, CHOCOLATE BRANCO E MORANGO, 140GR.	100	PCT	Bauducco	2,68	268,00
	12	ROSQUINHA DOCE, PACOTE COM TRÊS FILEIRAS, 330GR, SABOR AMANTEIGADO.	80	PCT	Bauducco	4,85	388,00
	13	ROSQUINHA DOCE, PACOTE COM TRÊS FILEIRAS, 330GR, SABOR CHOCOLATE.	50	PCT	Bauducco	5,40	270,00
	TOTAL DO LOTE 03=>R\$ 1.600,70						
	ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT	UND	MARCA	VLR UNIT	VLR TOTAL

LOTE 04	14	CAFE CAPPUCINO INSTANTANEO, EMBALAGEM PLÁSTICA 400GR..	150	UND	3 Corações	9,39	1.408,50
	15	CAFÉ SOLUVEL INSTANTÂNEO EM SACHE (50GR).	220	UND	Nescafé	3,10	682,00
	16	CANELA EM PÓ, PACOTE PEQUENO (30GR)	50	PCT	Q. Delícia	1,38	69,00
	17	CHA SABORES DIVERSOS (HORTELA, MAÇA, ERVA DOCE, CAPIM CIDREIRA, ANIS, ABACAXI COM HORTELÃ, CAMOMILA) CAIXA COM 10 SACHES.	500	CX	Real	2,47	1.235,00
	TOTAL DO LOTE 04=>R\$ 3.394,50						
LOTE 05	ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT	UND	MARCA	VLR UNIT	VLR TOTAL
	18	ACHOCOLATADO EM PÓ, TRADICIONAL, ADICIONADO DE VITAMINAS, FERRO E CÁLCIO, LATA DE 400GR.	150	LTA	Nescau	6,27	940,50
	19	LEITE EM PÓ INTEGRAL, INSTANTÂNEO, PASTEURIZADO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS FERRO, VITAMINA A, D, C, LATA 400 GRAMAS, PRAZO DE VALIDADE 12 MESES.	150	LTA	Ninho	12,11	1.816,50
	20	SUCO DE FRUTA, SABORES CAJU, UVA, PESSEGO E GOIABA, EMBALAGEM DE 01 LITRO.	300	UND	Dell Valle	5,90	1.770,00
	TOTAL DO LOTE 05=>R\$ 4.527,00						

LOTE 06	ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT	UND	MARCA	VLR UNIT	VLR TOT
	21	GUARDANAPOS DE PAPEL BRANCO – FOLHA SIMPLES. GOFRADO MEDINDO 21 X 22CM. EMBALAGEM COM 50 UNID.	200	PCT	Milli	1,15	230,00
	22	GUARDANAPOS DE PAPEL BRANCO – FOLHA SIMPLES. GOFRADO MEDINDO 30 X 32 cm. EMBALAGEM COM 50 UNID.	100	PCT	Camerata	1,62	162,00
	23	MINI COLHER EM MATERIAL PLASTICO (COLHER LITTLE COFFE), PARA CAFÉZINHO, TRANSPARENTE OU NA COR BRANCA. EMBALAGEM PLÁSTICA COM 200 UNID.	250	PCT	Pra Festa	5,25	1.312,50
	24	COPO DE VIDRO TRANSPARENTE, ESTILO AGUA, CAPACIDADE 300ML. MEDINDO 9 cm COM PÉ – TOTALIZANDO 12,5CM DE ALTURA.	200	UND	Nadir	3,71	742,00
	TOTAL DO LOTE 06=> R\$ 2.446,50						
VALOR TOTAL DOS LOTES 01, 02 ,03 ,04, 05 e 06 =>R\$ 14.901,80 (Quatorze mil novecentos e um reais e oitenta centavos).							

DA VALIDADE DESTA ATA – CLÁUSULA QUARTA

4.1 Será de 12 (doze) meses o prazo de validade desta Ata, contados da data da sua publicação no D.O – e – ALE/RO.

DOS PREÇOS REGISTRADOS – CLÁUSULA SEXTA

6.1 A existência de preços registrados não obriga esta Assembleia Legislativa a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para os Serviços, sendo assegurada ao beneficiário do registro a preferência de contratação em igualdade de condições.

6.2 Durante sua vigência, a presente Ata poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta a esta Assembleia Legislativa, desde que devidamente comprovada a vantagem. Para tanto, os interessados deverão entrar em contato com a Comissão Permanente de Licitação (CPL/ALE-RO) pelo telefone (69) 3216-2732 e 3216-2815 ou pelo e-mail: cpl@ale.ro.gov.br.

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS – CLÁUSULA TREZE

13.1 A despesa decorrente de eventual contratação correrá por conta de recursos específicos consignados no orçamento da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

DO FORO - CLÁUSULA DEZESSEIS

16.1 Para dirimir eventuais conflitos oriundos desta Ata, é competente o foro de Porto Velho – Rondônia.

Assim, justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 2 (duas) vias.

Porto Velho/RO, 19 de julho de 2013.

ASSINAM:

MAURO DE CARVALHO – PRESIDENTE EM EXERCÍCIO ALE/RO - CONTRATANTE.

ARILDO LOPES DA SILVA - SECRETÁRIO GERAL ALE/RO - CONTRATANTE

RONNIE BRAGA MONTEIRO - REPRESENTANTE LEGAL / R.B MONTEIRO LTDA - EPP

Aprovo: ADVOCACIA GERAL/ALE - RO

SECRETARIA GERAL

GABINETE DA SECRETARIA GERAL
PROCESSO Nº. 00890/2013

CARTA DE NOTIFICAÇÃO Nº. 002/SG/2013

NOTIFICADO: ALLAN AMORIM LINS, inscrita no CPF nº. 971.736.227-00, residente a Rua Gibraltar nº 3573 Bairro Conceição nesta cidade de Porto Velho-RO.

O Secretário Geral da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, **NOTIFICA** Vossa Senhoria a devolver o valor de R\$14.400,00 (Quatorze mil e quatrocentos reais), no prazo de 05 (cinco) dias, a contar do recebimento desta, a ser creditado no Banco do Brasil, AG: 2757-X, C/C: 63.367-4, referente a 18 diárias concedidas para deslocar-se a cidade do Rio de Janeiro/RJ, no período de 14/07/2013 a 31/07/2013, com a finalidade de acompanhar um familiar do Senhor Presidente desta Casa de Leis, tendo em vista a não realização da viagem por motivo de força maior.

O não atendimento aos termos da presente notificação implicará em **ADOÇÃO DE MEDIDAS ADMINISTRATIVAS CABÍVEIS**.
Porto Velho – RO, 22 de julho de 2013.

ARILDO LOPES DA SILVA
Secretário Geral – ALE/RO